

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIOECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - CNM

CLOVIS OTAVIO

OS EFEITOS DA DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA NA
REGIÃO SUL ENTRE 1995 E 2012

FLORIANÓPOLIS

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIOECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - CNM

CLOVIS OTAVIO

OS EFEITOS DA DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA NA
REGIÃO SUL ENTRE 1995 E 2012

Monografia submetida ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito obrigatório para a
obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Ronivaldo Steingraber

FLORIANÓPOLIS

2016

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico - CSE
Departamento de Economia e Relações Internacionais - CNM

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 6,0 ao aluno Clovis Otavio na disciplina CNM 7107 – Monografia pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ronivaldo Steingraber
Orientador

Prof. Dr. Marcelo Arend

Prof. Dr. Gilson Geraldino Silva Junior

AGRADECIMENTO

Inicialmente eu gostaria de agradecer a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mais especificamente ao Departamento de Economia e Relações Internacionais por me proporcionar ensino público de qualidade, garantindo, assim, a possibilidade em me tornar Bacharel em Ciências Econômicas. Nesse sentido, sou eternamente grato aos professores, a Coordenação do curso, e, principalmente, ao meu orientador Prof. Dr. Ronivaldo Steingraber, pela orientação, pelo incentivo e o auxílio no desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso.

A importância da UFSC também se relaciona aos colegas que eu tive o privilégio de conhecer, ambos importantes nesta minha trajetória. Assim, gostaria de agradecer a todos, não irei citar nomes por medo de esquecer alguns, e assim ser injusto, mas quero ressaltar as conversas e os debates que foram importantes para a realização deste meu trabalho. A todos vocês fica a minha eterna gratidão!

Paralelo a UFSC, eu gostaria de destacar a importância da minha família, Rachel, Nelson, Anselmo, Alexandre e Nubia, e amigos e parentes próximos dos quais tenho imensa gratidão por dispensarem um pouco de seus tempos e paciência e com isso me ajudar. Seja me acompanhando ao longo desta pesquisa, seja por terem me auxiliado na minha permanência em Florianópolis, vocês apareceram no momento certo e espero que este trabalho tenha correspondido com todas as suas expectativas.

RESUMO

OTAVIO, Clovis. **O impacto da Desconcentração Industrial brasileira na Região Sul entre 1995 e 2012.** Florianópolis, 2016, f. Monografia – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico.

Sob a perspectiva do emprego e da produção industrial, o trabalho em referência tem como objetivo central analisar a desconcentração industrial no Brasil e seu impacto nos três estados da região Sul entre os anos de 1995 e 2002. Através de revisão bibliográfica de caráter variado, bem como compreendendo cinco objetivos específicos, a saber: realizar uma breve contextualização histórica sobre o processo de concentração e desconcentração industrial no Brasil; examinar dados referentes a emprego através da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego; examinar dados referentes à produção do país no setor industrial pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); compreender como essas variáveis estão relacionadas com o desenvolvimento econômico e/ou social da região Sul; e analisar como tais variáveis estão impactando na inovação, educação e regionalismo urbano, pretende-se defender duas hipóteses, isto é, que a dinâmica do emprego e da produção industrial de cada estado da região Sul do Brasil não é homogênea, e a segunda de que houve desconcentração industrial na região Sul do Brasil, como se mostra a transformação e a reestruturação da indústria de transformação nos três estados dessa região.

Palavras-chaves: Desconcentração Industrial. Industrialização Brasileira. Região Sul.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ÍNDICE HISCHEMANN – HERFINDAHL PARA EMPREGO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NA REGIÃO SUL DO BRASIL (1995 – 2012).....	30
FIGURA 2 COEFICIENTE DE LOCALIZAÇÃO DO EMPREGO NA REGIÃO SUL DO BRASIL	32
FIGURA 3 VALOR ADICIONADO (R\$) E PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (%) DA REGIÃO SUL DO BRASIL (1999 – 2012)	34

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO EM RELAÇÃO AO BRASIL, SEGUNDO RAMOS INDUSTRIAIS 1919 - 1970 (%)	18
TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO 1970 - 1985 (%)	23
TABELA 3 – EMPREGOS FORMAIS E ESTABELECIMENTOS POR SETOR DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DA REGIÃO SUL DO BRASIL (1995 - 2012).....	27
TABELA 4 - ÍNDICE QUOCIENTE LOCACIONAL DE EMPREGO DA REGIÃO SUL DO BRASIL (1995 - 2010).....	29
TABELA 5 - ÍNDICE COEFICIENTE DE LOCALIZAÇÃO E EMPREGO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DOS TRÊS ESTADOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL (1995 - 2012).....	31
TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NO VALOR ADICIONADO BRUTO DOS ESTADOS DO SUL DO BRASIL 1996 - 2012 (%)	33
TABELA 7 - VALOR ADICIONADO BRUTO DA INDÚSTRIA A PREÇOS CORRENTES (R\$) PARA AS MESORREGIÕES DA REGIÃO SUL DO BRASIL (1996 - 2010).....	36
TABELA 8 - ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES DA INDÚSTRIA DA REGIÃO SUL DO BRASIL (2000 - 2012)	38
TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA AIES	42
TABELA 10 - EVOLUÇÃO DOS SETORES DAS INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO NA REGIÃO SUL DO BRASIL (2001 - 2011).....	44

Sumário

1. INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	01
1.1 Problema de Pesquisa.....	03
1.2 Hipótese.....	03
1.3 Objetivo Principal.....	03
1.3.1 Objetivos Específicos.....	03
1.4 Justificativa.....	04
1.5 Metodologia.....	04
1.6 Referencial Teórico.....	06
1.6.1A Desconcentração Industrial no Brasil.....	06
1.6.2 A Dinâmica do Emprego e Produtividade Industrial durante a Desconcentração.....	08
2. O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NACIONAL.....	10
2.1 Da industrialização restringida à industrialização pesada.....	10
2.2 A integração do mercado nacional.....	13
2.3 A Concentração da Indústria no Brasil.....	19
2.4 O auge da desconcentração industrial (1970 – 1985)	20
3. A PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO SUL DO BRASIL NA DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL.....	24
3.1 A desconcentração industrial na região sul do Brasil entre 1995 – 2012.....	24
3.1.1 - Emprego.....	26
3.1.2 - Valor Adicionado.....	32
3.1.3 - Guerra Fiscal.....	38
3.2 A transformação da indústria nos três estados da região Sul (1995-2012)	40
3.3 A distribuição espacial da indústria na região Sul do Brasil.....	47
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
5. REFERÊNCIAS.....	56
6. ANEXO.....	59

1. INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TEMA

Passada a fase de intensa industrialização no país, duas características do Brasil industrial tornaram-se perceptíveis. A primeira foi à concentração da indústria no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, com maior destaque para o estado de São Paulo, este que na década de 1970 havia registrado 58% da produção da indústria de transformação do país. Paralelamente a esta concentração, a segunda característica diz respeito à desconcentração industrial, fenômeno onde as indústrias - em especial a de transformação - se deslocam do principal polo industrial brasileiro, São Paulo, rumo ao interior deste estado ou para outros estados do país. Por um lado, tal deslocamento leva a diminuição da participação industrial na economia de São Paulo, porém, por outro lado, acaba por criar novas regiões industrializadas.

De modo geral, o processo de desconcentração industrial acaba por demonstrar os desequilíbrios no setor industrial existente tanto entre as regiões quanto aos estados brasileiros, visto que uma de suas características é de ser um processo heterogêneo. Em outras palavras, sua existência acaba afetando, em maior ou menor intensidade, diferentes locais. Além disso, outra importante característica de tal processo refere-se à alternância na dinâmica de certas variáveis, como, por exemplo, emprego e a produção física das indústrias. Discutindo acerca desta temática, Azzoni (1985) acredita que a desconcentração industrial não segue uma reversão de polarização, uma vez que seria “aproximadamente um tipo de suburbanização das atividades industriais em âmbito mais abrangente, o que é possível pelas possibilidades abertas pelo desenvolvimento tecnológico, em um sentido amplo” (AZZONI, 1985 *apud* BRAGUETO, 2006 p. 03).

Expondo sobre a mesma temática, Diniz (1993) acredita que a partir de 1970 ocorreu um movimento de reversão da polarização. Para o autor, esse processo de desconcentração industrial passou por duas fases, sendo a primeira marcada pela distribuição das indústrias da região metropolitana de São Paulo (RMSP) para o interior do estado, e, posteriormente, para praticamente os estados brasileiros. Já a segunda fase foi caracterizada pela reconcentração industrial, este que levou a criação de uma espécie de polígono formado por Belo Horizonte-Uberlândia- Londrina-Maringá-Porto Alegre-Florianópolis-São José dos Campos. A partir da análise de Diniz (1993), é possível destacar cinco fatores que sustentam a visão do autor, a saber:

1- Deseconomias de aglomeração na RMSP e sua criação em outros centros urbanos e regiões;

- 2- O papel do estado seja através de políticas regionais explícitas, seja pela consequência espacial de outras decisões de importância;
- 3- Disponibilidade diferenciada de recursos naturais;
- 4- Unificações do mercado e mudanças de estrutura produtivas;
- 5- Concentração de pesquisa e renda. (DINIZ, 1993 *apud* CRUZ, SANTOS, 2011, p.15).

Segundo Diniz (1993), os requisitos locacionais dessa nova indústria estão ligados a fatores como Centros de pesquisa, mercado de trabalho especializado, clima de negócios, base educacional e cultural, dentre outros. Em vista disso, o autor pondera que essa indústria cresceu nas regiões próximas a universidades como a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)/ (telecomunicações); Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)/ (departamento de materiais); Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC)/(microeletrônica) e Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)/(eletrônica). Além disso, outro fator que também impulsiona a concentração da indústria brasileira na região Sudeste refere-se a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) nos anos finais de 1980, uma vez que seus estados estão relativamente próximos dos países membros deste mercado, bem como possuem uma infraestrutura já consolidada.

Por tais transformações, alguns autores acreditam que a aglomeração criada por este processo pode estar exercendo uma diluição não apenas das indústrias nos estados polo como São Paulo e Rio de Janeiro, mas também se espalhando para outras áreas menos favorecidas. Nesse sentido, é possível averiguar a existência de três grandes regiões industriais no Brasil, sendo a primeira o Sudeste do Brasil, onde esta localizada a maior parcela da produção industrial, a maior base acadêmica e de pesquisa, é a região que concentra grande parte da indústria e do PIB do país. Já a segunda região diz respeito ao Nordeste, este que embora apresente certo crescimento industrial e abrigue quase um terço da população brasileira, em verdade ainda apresenta baixos níveis de desenvolvimento econômico. Por fim, e mais importante para este Trabalho de Conclusão de Curso, a terceira região refere-se à região Sul do Brasil, que também possui características semelhantes à região Sudeste, isto é, produção industrial, base acadêmica e de pesquisa, e relevância no PIB nacional (SQUEFF, 2011).¹

Para essa análise este trabalho está dividido em cinco capítulos sendo o primeiro a introdução o segundo um breve resumo da industrialização brasileira a partir de 1930

¹ As regiões Centro-Oeste e Norte, estão sendo apenas citadas, pois são caracterizadas pelas fronteiras agrícolas e extração de minerais, não sendo muito desenvolvido o potencial para o desenvolvimento de indústrias intensivas.

em diante, o terceiro capítulo faz uma análise da desconcentração na região sul do período mais recente, seguindo o capítulo anterior o quarto analisa a reestruturação da indústria nesse período recente (1995 a 2012) e finalizando o quinto capítulo faz uma breve conclusão do respectivo trabalho.

1.1 Problema de Pesquisa

Levando em consideração o tema anteriormente indicado, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) traz o seguinte problema de pesquisa: como a dinâmica do emprego e o valor adicional na indústria em cada estado da região Sul do Brasil se comportou durante a desconcentração industrial no período de 1995 a 2012?

1.2 Hipótese

As hipóteses a serem defendidas neste TCC são:

Hipótese 1: A dinâmica do emprego e da produção industrial de cada estado da região Sul do Brasil não é homogênea.

Hipótese 2: Houve desconcentração industrial na região Sul do Brasil, como se mostra a transformação e a reestruturação da indústria de transformação nos três estados dessa região.

1.3 Objetivo Principal

Sob a perspectiva do emprego e da produção industrial, este trabalho tem como objetivo principal analisar a desconcentração industrial no Brasil e as transformações nos estados da região Sul entre 1995 e 2012.

1.3.1 Objetivos Específicos

- Realizar breve contextualização histórica sobre o processo de concentração e desconcentração industrial no Brasil;
- Examinar os dados, referente a emprego através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), criado pelo Ministério do Trabalho e

Emprego, e referente à produção industrial do país, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

- Compreender como tais variáveis estão relacionadas com o desenvolvimento econômico e/ou social da região Sul; e
- Analisar como tais variáveis estão impactando na inovação, educação e regionalismo urbano.

1.4 Justificativa

O estudo sobre o processo de desconcentração industrial no Brasil encontra-se imbuído no contexto da economia atual. Nesse sentido, devido o tema ser recente, justifica-se esta pesquisa uma vez que alcançando a qualidade e a profundidade esperada, espera-se poder contribuir para um maior debate não apenas acerca deste tema, mas também sobre outras temáticas, uma vez que às variáveis emprego e produção industrial são de grande utilidade tanto para análises sociais quanto para a compreensão do deslocamento industrial ocorrido entre uma localidade para outra.

A variável emprego tem sua importância, pois através dela é possível observar como anda a produtividade de cada estado, e assim poder fazer comparações como por exemplo, o nível escolar de determinada região, ou seja, como essa mão de obra, qualificada ou não está sendo utilizada pelas as empresas. Já a produção, ou seja, o valor adicionado, é possível analisar o PIB industrial de cada estado ou região, calcular o PIB per capita, e a partir disso, medir como está o setor industrial diante dos outros setores da economia. Neste caso, esta comparação é de grande relevância visto que proporciona tanto a compreensão sobre quais regiões estão mais ou menos avançada econômico e socialmente, como também os motivos que levam a essa diferença.

1.5 Metodologia

Para alcançar os objetivos anteriormente indicados, a análise a ser desenvolvida neste TCC será baseada tanto no método descritivo quanto no dedutivo de pesquisa. Referente ao primeiro, considera-se importante seu uso pois o considera como relevante para realizar estudos que visam à identificação, o registro e a compreensão das características, de fatores e variáveis que se relacionam com o processo ou fenômeno do qual será estudado. Já a abordagem dedutiva destaca-se pois é da dedução que se retira

uma ideia geral, uma questão particularizada, e, através de princípios reconhecidos como verdadeiros, chega-se a conclusões mais formais.

Juntamente com tais métodos, também o TCC será pautado em amplo levantamento bibliográfico, tanto de fontes primárias, como dados encontrados em documentos e relatórios que forem considerados relevantes para esta pesquisa, destacadamente aqueles apresentados pelo IBGE, IPEA e Ministério do Trabalho e Emprego. Referente ao uso de fontes secundárias, destacam-se autores como Wilson Cano, Barjas Negri, Clélio Campolina Diniz, Aurilio S. C. Caiado, Wilson Suzigan, Sandro Pereira Silva, Carlos Américo Pacheco, Claudio Roberto Bragueto, Jandir Ferreira de Lima, João Sabóia, Aguinaldo Nogueira Maciente, dentre outros, que forem considerados importantes para este TCC.

Juntamente com as fontes primárias e secundárias, este TCC também será realizado através da introdução de medidas das quais informam o percentual das variáveis emprego e valor adicionado, bem como índices estatísticos como quociente locacional, do qual sua equação se encontra abaixo:

A equação em questão é:

$QL = (E_{ij}/\sum_j E_{ij})/(\sum_i E_{ij}/\sum_i \sum_j E_{ij})$, onde as estimativas da medidas são as seguintes:

E_{ij} = Número de empregados no setor i na região j.

$\sum_j E_{ij}$ = Número de empregados no setor i de todas as regiões.

$\sum_i E_{ij}$ = Número de empregados em todos os setores da região j.

$\sum_i \sum_j E_{ij}$ = Número de empregados em todos os setores e todas as regiões.

O índice de Hirschmann – Herfindahl também será de grande valia para esse trabalho, em verdade trata-se do índice de maior apreço para esse trabalho. No que diz respeito a este índice, segue abaixo sua fórmula:

$$HH = \sum^n (S)^2$$

Onde:

n = quantidade de setor na região.

S = e a participação do setor na região.

Junto aos anteriores, também será utilizado o coeficiente de localização para mensurar a distribuição percentual da mão de obra num dado setor entre os estados, sendo sua formula a seguinte:

$$CL = 1/2 \sum_i (| (E_{ij}/\sum_j E_{ij}) - (\sum_i E_{ij}/\sum_i \sum_j E_{ij}) |) \text{ onde}$$

E_{ij} = Número de empregados no setor i no estado j.

$\sum_j E_{ij}$ = Número de empregados no setor i de todo o estado j.

$\sum_i E_{ij}$ = Número de empregados em todos os setores do estado j.

$\sum_i \sum_j E_{ij}$ = Número de empregados em todos os setores e toda a região.

Por fim, vale ressaltar que este TCC será composto, juntamente com introdução e considerações finais, mais três capítulos. No segundo será desenvolvido um breve entendimento acerca da industrialização no Brasil a partir da década de 1930, destacando a transição da industrialização restringida à pesada, a concentração industrial no eixo São Paulo – Rio de Janeiro, e o início do processo de desconcentração industrial na década de 1970. O terceiro capítulo fará referência ao processo de desconcentração industrial na região Sul do Brasil, destacando o período entre 1995 a 2012 com estudos das variáveis emprego e valor adicional. Por fim, no quarto capítulo será destacado a reestruturação da indústria de transformação da região sulina, onde está localizado cada setor, e como essa desconcentração industrial favoreceu cada estado da região sul do Brasil.

1.6 Referencial Teórico

O referencial teórico desta pesquisa apresenta dois tópicos, sendo o primeiro a desconcentração industrial no Brasil e a sua reestruturação nos estados; e o segundo a dinâmica do emprego e a produção industrial durante o período de 1995 – 2012.

1.6.1 A Desconcentração Industrial no Brasil

A desconcentração industrial no Brasil se divide em três períodos que são 1970 a 1985, o chamado auge da desconcentração industrial; de 1985 até 1994, fase conturbada motivada por transformações políticas e econômicas; e, por fim, o terceiro período seria de 1994 até os dias atuais. Discutindo acerca disso, Cano indica que:

Entre 1970 e 1985, período em que consolidamos a implantação de nossa matriz industrial e, por isso, a acumulação exigia esforço periférico de articulação ainda mais intenso, usamos ainda mais nossa base de recursos naturais – água, terra, minérios -e, com isso, a periferia melhor dotada de recursos foi mais recursos acionada. A maior parte do conjunto de projetos de larga envergadura (como os hidroelétricos, não ferrosos, químicos e petroquímicos) foi implantada na periferia, acorando ainda mais seu crescimento. Isto, mais os efeitos decorrentes das políticas de desenvolvimento regionais implantadas a partir de meados da década de 60 (promovendo investimentos regionalizados em indústrias leves e de insumos), promoveram um

processo de desconcentração industrial regional. (CANO, 1997, p. 106)

Por um lado, alguns autores acreditam que a desconcentração industrial ocorreu do estado de São Paulo para outros estados. Por outro, há autores que acreditam que inicialmente houve a desconcentração da região metropolitana de São Paulo para o interior e, posteriormente, para outras regiões do país. Embora havendo tal divergência, é fato que sua existência não interfere na cronologia apresentada anteriormente.

Resumidamente, no período de 1970/85 apenas São Paulo e Rio de Janeiro perderam posição relativa no total nacional e, entre os ganhadores, Norte, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Centro Oeste foram os que mais ampliaram suas participações, bem acima do aumento que beneficiou Nordeste, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (CANO, 1997, p.116)

Já o segundo período destacado anteriormente é considerado como uma fase de inflexão, uma vez que foi caracterizado pelo fim do Regime Militar, pela criação e adoção de diversos planos econômicos, e pelas mudanças constantes nos cálculos do IBGE. Em certa medida, é por tal cenário que existe a divergência entre aqueles que consideram como um período em que não houve desconcentração e; diametralmente oposto, aqueles que consideram a existência da desconcentração durante este curto, porém intenso, período. Por fim, e diferentemente deste segundo período, o terceiro é marcado pelo não mais questionamento se está ou não ocorrendo à desconcentração industrial, mas sim como ela pode e deve ser mensurada, como os estados estão de adaptando ou se transformando perante esse processo.

[...], ou seja, coisificam (através da continuidade da utilização de conceitos e instrumentos de análise defasados) o processo de desconcentração inicial e não conseguem lidar com o fato de que os fatores estruturais da economia brasileira mudaram significativamente para o terceiro período. [...] O que salientamos aqui é formação que o processo do terceiro período não pode ser estudado e apreendido pela mesma ótica do segundo, se a base econômica onde ele se efetua esta modificando-se de um para outro período. (TINOCO *apud* BRAGUETO, 2001, p.56)

Para este TCC, a ideia é usufruir de outros meios para assim poder ter uma melhor análise quanto à transformação por parte dos estados a serem pesquisados, ou seja, não apenas verificar o índice de emprego, mas sim onde estão mais localizados e quanto ao grau de escolaridade na indústria de cada estado. Além disso, destaca-se a questão da inovação, que também é outro fator de grande medida. Em outras palavras,

buscar-se-á não averiguar os índices isolados e sim como eles inter-relacionam com os outros índices e como a região Sul encontra-se diante do atual processo de desconcentração industrial brasileiro.

1.6.2 A Dinâmica do Emprego e Produtividade Industrial durante a Desconcentração

Desde 1995 já é possível observar o começo de uma mudança significativa para a região Sul, e isso se deve por ser próxima da região concentrada (Sudeste). Nesse sentido, ao analisar a região Sul do Brasil, não se deve esquecer que ela apresenta algumas particularidades, pois dados do IBGE mostram que de 1970 a 2007 a população urbana nesta região quase triplicou, e de 1991 a 2007, houve uma redução de 55% da população rural nos três estados. Mostra-se assim uma realidade caracterizada pela concentração e esvaziamento, pois se de um lado há municípios cada vez mais populosos que demarcam áreas de aglomeração, por outro, há municípios pequenos que, em alguns casos, encontram-se em decréscimo de população.

De acordo com Moura e Kleine (1999), a inserção dos Estados do Sul na dinâmica dos segmentos modernos da metal-mecânica favoreceu o eixo que se estende desde a aglomeração metropolitana de Curitiba, passando pelo leste catarinense, que envolve as aglomerações de Joinville, Blumenau, Itajaí, Florianópolis e Criciúma, até a aglomeração metropolitana de Porto Alegre, que incorpora a aglomeração urbana de Caxias do Sul. Ao longo desse eixo, situam-se os municípios com maiores taxas de crescimento populacional da região nas últimas décadas, constituindo extensa área de forte concentração econômica e demográfica. As vantagens comparativas desse eixo fazem que se dirijam para Lá os principais investimentos em curso ou previstos para o Sul. (SOUZA e LIMA, 2009, p. 18)

Desse modo, a desconcentração industrial provocou a integração produtiva entre os estados do Sul, garantindo maior participação na produção de bens de consumo não duráveis, em especial na produção de alimentos. Somado a isso, houve também a melhora na produção de bens duráveis, tais como máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, atingindo, assim, a demanda da região e comercializando para o restante do país e para o mundo. Segundo dados do IBGE, em 2006 as cidades que mais se destacaram e contribuíram com o valor adicionado foram: no Paraná os municípios de Curitiba, Araucária, São Jose dos Pinhais e Foz do Iguaçu; em Santa Catarina foram Joinville, Blumenau e Chapecó; e no Rio Grande do Sul as cidades de Porto Alegre, Triunfo, Caxias do Sul, Canoas e Gravataí.

Já em 2013 pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) o estado do Paraná possuía 891 mil trabalhadores na indústria em geral, esse setor representava 24,5% da economia paraense, desse percentual, 54,2% está na indústria de transformação, sendo Alimentos (21,9%), Veículos automotores (16,6%), e Derivados do petróleo e de bicomcombustíveis (15,7%). Santa Catarina tem o setor da indústria com 33,7% da economia, e tendo 811 mil empregados nesse setor, o que representa 36,7% do emprego formal do estado, sendo suas atividades mais importantes na indústria de transformação é Alimentos (17,2%), Vestuário e acessórios (10,5%), e Máquinas, aparelhos e materiais elétricos (9%). Por fim o estado do Rio Grande do Sul é o estado que mais emprega com 927 mil trabalhadores na indústria, sendo responsável por 25,2% de participação na economia e seus principais setores na indústria de transformação são Alimentos (16%), Veículos automotores (12,9%), e Máquinas e equipamentos com 10% de representação.

2. O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NACIONAL

2.1 Da industrialização restringida à industrialização pesada

A partir da década de 1930, a criação de indústrias no Brasil tinha como objetivo a substituição de produtos importados uma vez que a base da economia brasileira era fundamentalmente agrária, e o café como principal produto de exportação. Discutindo acerca deste período, Cardoso Mello (1982) considera que durante o período de 1930 até 1955, o país esteve imbuído no que também é conhecido como industrialização restringida.

Tendo a crise de 1929, e em seguida a segunda guerra mundial, o Brasil acabou sofrendo restrições na capacidade de importar, forçando, assim, a implantação de alguns núcleos de produtores de bens de produção. Vale ressaltar a atuação do governo em tal realização, inclusive, como afirmado por Serra (1982, p.21) “os investimentos estatais, seja na infraestrutura de energia e transportes ou diretamente na produção de insumos básicos”.

Em 1937, Getúlio Vargas qualificou o “problema siderúrgico” como o “problema máximo” do país (NETO, 1989, p.133) e, a partir de tal constatação, voltou-se a aquisição de investimento externo direcionados à construção da siderúrgica em Volta Redonda. Em certa medida, tal estratégia refletia a inexistência de capital privado, e, simultaneamente, demonstrava a grande necessidade de injetar capital estatal no processo de industrialização.

Já na década de 40, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, o que se observou foi um Estado orientado para questões estratégicas, visto que além de dar estrutura para o setor industrial, o país começava a estimular tanto o desenvolvimento como também a formação de um mercado interno cada vez mais integrado. De modo geral, o governo deixava claro que os problemas regionais não poderiam se sobrepor sobre os interesses nacionais, e, por tal escolha, o Estado passaria a ampliar e fortalecer a indústria de bens intermediários.

A base que se estende desde a guerra até meados dos anos 50, cuja importância foi muitas vezes subestimada, deve ser considerada fundamental. Por um lado, começaram a operar empreendimentos iniciados pelo Estado durante a guerra e voltados à produção de minério de ferro (Companhia Vale do Rio Doce), barrilha e soda cáustica (Companhia Nacional de Álcalis), aço

(Companhia Siderúrgica Nacional), e aços especiais (Acesita). (SERRA, 1982, p 17)

Discutindo acerca disso, Cardoso de Mello destaca que:

Há industrialização porque a dinâmica da acumulação passa a assentar-se na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a medida que a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial.(CARDOSO DE MELLO, 1992, p. 110)

Em síntese, a industrialização restringida chegava ao fim em meados de 1955, e o país entrava em uma nova fase na industrialização, está caracterizada pela ampliação e fortalecimento da indústria pesada, tendo como marco o Plano de Metas (1956 – 1960). Expondo acerca deste plano, Caiado indica que:

Foi a partir do Plano de Metas (1956 – 1960) que a industrialização passou por transformações estruturais caracterizadas pela introdução de novos setores, articuladas diretamente pelo Estado. O Plano de Metas continha ambicioso conjunto de objetivos setoriais, que, segundo Lessa (1981) foi a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país e conferia prioridade à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada e do capital social básico de apoio a esta estrutura. Acelerou-se a expansão industrial e com a implantação do setor de bens de consumo durável e da indústria pesada. (CAIADO, 2002, p. 08)

O Plano de Metas foi capaz de integrar o capital privado internacional, privado nacional e o capital público, fazendo com que houvesse uma mudança estrutural na economia brasileira em um período relativamente curto de tempo. A ação governamental em expandir a indústria de base, com destaque para as indústrias siderúrgicas, química pesada, celulose e petróleo, bem como a capacidade de investir cada vez mais, principalmente em setores de energia e transporte, fez com que o investimento privado fosse estimulado. Além de gerar demanda, a estratégia brasileira estimulou o capital privado internacional, em especial os oligopólios, que começaram a produzir no país com destaque as empresas de bens duráveis, como, por exemplo,

máquinas e equipamentos e as indústrias automobilística, que se concentraram no ABC paulista.²

Vale ressaltar que até chegar à implantação do plano de metas, o governo necessitou criar meios que favorecessem tal plano, como, por exemplo, o BNDE em 1952, este voltado a investimentos direcionados a infraestrutura; a criação da Petrobras em 1953; a instrução 70 também em 1953; e, em 1955, a instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), esta que ao propor a intervenção no câmbio por parte do governo, veio favorecer a importações de máquinas e equipamentos industriais. Em certa medida, com toda essa participação governamental, e com o país envolvido em uma conjuntura internacional favorável, o resultado foi à evolução da indústria nacional, que deixou de importar insumos básicos e criou a base para a indústria de bens de consumo duráveis e para a indústria de bens de capitais, ambas importantes para o ciclo de expansão da produção industrial ocorrido entre 1968 a 1974. Discutindo acerca disso, Caiado indica que:

Há, portanto, um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delineia um processo de industrialização pesada”. Essa mudança significativa que deu o início da industrialização pesada pode ser dividido em dois períodos o primeiro que vai de 1956 a 1961 que seria a fase de expansão, em seguida 1962 a 1967 a desaceleração da economia, “A crise de 1962-67 foi o pior momento da economia brasileira desde o pós-guerra, com destaque para a desaceleração do ritmo de crescimento do produto industrial e da construção civil. (CAIADO, 2002, p.09).

No ano de 1964, já sob a vigência do regime militar, é implantado no país um conjunto de reformas políticas e econômicas para conter a crise. Expondo sobre isso, Giambiage (2005, p. 70) destaca que os “anos de 1964-67 foram marcados pela implementação de um plano de estabilização de preços de inspiração ortodoxa – o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg) (...)”. De fato, tentando sair de um estado de “estagflação” (estagnação da atividade econômica acompanhada de aumento da inflação), o que se viu foram os efeitos positivos dessa reforma só sentidos em 1967, quando começa uma nova fase de expansão, que vai de 1967 a 1973.

Em 1968, a economia brasileira inaugurou uma fase de crescimento vigoroso, que se estendeu até 1973. Nesse período, o PIB cresceu a uma taxa média da ordem de 11% ao ano, liderado pelo setor de bens de consumo durável e, em

² Vale ressaltar que o ABC paulista é a sigla dada ao conjunto dos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano.

menor escala, pelo de bens de capital. A taxa de investimento que ficou estagnada em torno de 15% do PIB no período de 1964-67, subiu para 19% em 1968 e encerrou o período do “milagre” em pouco mais de 20%. O crescimento do período de 1968-73 retomou e complementou o processo de difusão da produção e consumo de bens duráveis, iniciado com o Plano de Metas. (GIAMBIAGI, 2005, p. 82).

A partir de 1970 a formação de capital industrial tem um novo ciclo do qual o Estado é o maior investidor e subsidiário. Ao longo desta década, três formas de subsídios foram aplicadas, sendo a primeira encontrada em Versiani e Suzigan (1990, p. 33), no caso, “as isenções ou reduções de tarifas aduaneiras (IPI, ICM) incidentes sobre a importação de máquinas e equipamentos destinados a projetos industriais”. Já a segunda diz respeito ao financiamento de longo prazo com subsídios implícitos, concedidos pelo BNDE para a indústria. E, por fim, a terceira refere-se aos incentivos fiscais advindos de órgãos regionais voltados a industrialização de regiões menos desenvolvidas.

Com o advento da crise do petróleo em 1973-74, o Estado intensificou sua intervenção no desenvolvimento da indústria nacional, mantendo incentivos e subsídios fiscais, bem como criando o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), cuja vigência foi entre 1975 a 1979.

Com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), em 1975/79, o Estado articulou uma nova fase de investimentos públicos e privados nas indústrias de insumos básicos (siderurgia e metalurgia dos não ferrosos, química e petroquímica, fertilizantes, cimento, celulose e papel) e bens de capital (material de transporte e máquinas e equipamentos mecânicos, elétricos e de comunicações), além de investimentos públicos em infraestrutura (energia, transportes e comunicações). O objetivo foi o de completar a estrutura industrial brasileira e criar capacidade de exportação de alguns insumos básicos. Embora dificuldades de financiamento, sobretudo do investimento privado nacional, tenham comprometido a plena realização das metas, não há dúvida de que os investimentos do II PND representaram “um esforço de acumulação de capital e uma diversificação de estrutura industrial na direção da indústria pesada sem precedentes na história da industrialização brasileira (...). (VERSIANI E SUZIGAN, 1990 p. 35).

2.2 A integração do mercado nacional

Paralelamente ao processo de industrialização, também houve o processo de integração do mercado nacional, este pode ser dividido em duas fases. A primeira diz respeito ao período entre a crise de 1929 até meados de 1950, e esteve focada na questão mercantil, “(...) fundamentalmente ao comércio inter-regional de mercadorias (...)” (CANO, 1981, p.231). Referente a isso, e para atingir tal finalidade, o governo

precisou investir em infraestrutura e solucionar problemas de interesses políticos de cada região.

O processo de integração do mercado nacional passou por duas etapas. A primeira, da crise de 29 até fins da década de 50, foi essencialmente mercantil e conduzida pelo capital sediado em São Paulo. Esse período foi marcado por políticas de redução e eliminação de impostos interestaduais, construção de estradas e conversão políticas de antigos “problemas regionais” em “questões nacionais”, na agenda política do governo federal. A ampliação do fluxo inter-regional de mercadorias sancionou a liderança da indústria sediada em São Paulo, beneficiada pelo constrangimento da guerra e do desequilíbrio cambial, e possibilitou a integração do mercado nacional. (CAIADO, 2002, p. 11).

Os problemas políticos fizeram com que o governo apresentasse uma estratégia voltada à resolução deste desafio. Neste caso, destaca-se a busca em transformar os problemas regionais em soluções federais “(...) café, siderurgia, (...) açúcar e álcool e tantos outros seriam contemplados com instrumentos de política econômica federal centralizada e, em muitos casos, criar-se-iam várias instituições federais específicas (...)” (CANO, 1981, p.230).

Além deste desafio, outro problema que ganhava relevância dizia respeito à questão tributária, visto que cada estado tinha autonomia para tributar sobre o comércio de mercadorias inter-regionais. De modo ilustrativo, quando uma indústria do estado “X” produzia certa mercadoria, essa mercadoria era tributada, e quando ela era deslocada para o comércio em um estado “Y”, recebia uma nova tributação. Logo, este processo tornava o preço final da mercadoria mais elevado do que a mercadoria importada, e também se transformava em um obstáculo para a maior integração dos mercados estaduais.

A situação se mantinha complexa visto que o imposto era um dos meios de arrecadação de renda de cada estado, assim, nenhum estado iria ceder. Inclusive, vale ressaltar que este problema de tributação já se estendia por décadas, pois desde 1904 o governo federal tentava solucionar ou pelo menos amenizar esta questão via decretos federais, estes que, por conseguinte, somente apresentariam efeitos positivos no final da década de 1930, com a redução gradativa dos impostos. Posteriormente a esta solução, o governo voltou-se ao setor de transporte, buscando criar meios que levassem as ligações entre Norte-Nordeste, Norte-Sul, Centro Oeste-Sudeste e Sudeste-Sul.

De modo geral, ferrovias e navegação de cabotagem eram os meios de transportes mais utilizados para tal integração comercial. Reflexo desta valorização

pode ser encontrado nas ferrovias, que passaram de 28,1 mil quilômetros para 36,6, no início da década de 1960, e só não teve um aumento maior, porque a partir de 1940 o governo começou a priorizar o setor rodoviário. Neste caso, vale ressaltar que entre 1937 a 1949 a expansão das redes de estradas de rodagem passou de 70%, e em 1951 o setor já correspondia por 40% do total de mercadorias transportadas no país (CANO, 1975).

Inicialmente o governo intensificou sua atuação em rodovias consideradas estratégicas para o país, tais como Rio - Petrópolis, São Paulo - Santos, São Paulo - Campinas e São Paulo - Rio. Posteriormente, a partir da década de 1950, o governo se voltou a maior integração através das rodovias São Paulo - Curitiba, Curitiba - Porto Alegre, Rio - Belo Horizonte e Rio - Salvador (NEGRI, 1994 p. 58), bem como a conclusão das chamadas rodovias de penetração Belo Horizonte - Brasília, Brasília - Belém, Cuiabá - Porto Velho e São Paulo - Brasília, dando início a segunda etapa da integração do mercado nacional.

De modo geral, observa-se que em paralelo as decisões do governo federal, seja ela na infraestrutura, seja no campo da política para uma maior integração do mercado nacional, é que alguns estados já estavam se sobressaindo sobre outros. Em outras palavras, já havia uma competição desigual entre os estados, com a região Sudeste tendo um maior predomínio sobre as outras regiões do país, e São Paulo se destacando, este que já em 1929 concentrava 37,5% da indústria nacional - a mais diversificada entre os estados (CANO, 1981 p.43) e 25% da agricultura (Negri, 1994 p.31).

A segunda fase se inicia na década de 60 com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e de sistemas de incentivos fiscais para o Nordeste e para outras regiões, fatores que se por um lado gerou uma maior competitividade inter-regional, por outro, transformou o estado de São Paulo como polo central das indústrias.

Os incentivos fiscais, existentes desde o início deste século, foram ampliados e generalizados a partir do final da Década dos 60. Os exemplos mais conhecidos são os da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) para o nordeste brasileiro, da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e da SUFRAMA (Superintendência de Desenvolvimento d Zona Franca de Manaus) para a região amazônica e para Manaus. Além desses, podem ser mencionados incentivos para reflorestamento, turismo, exportação, subsídios ao crédito agrícola, garantia de preços uniformes para produtos agrícolas - independente dos custos de transportes - preços únicos dos derivados de petróleo para todo o território nacional, entre outros. Essa avalanche de subsídios e incentivos baratearam a

formação de capital, reforçando inclusive a expansão da fronteira. (DINIZ 1993, p. 41)

Segundo Cano (1981), o resultado deste perde e ganha advindo da integração do mercado nacional e da queda das barreiras protecionistas, foi o surgimento de três efeitos que foram classificados pelo autor como efeitos de estímulo, efeitos de inibição ou bloqueio e efeitos de destruição. Os efeitos de estímulo são caracterizados pela substituição de produtos importados, pela expansão da demanda urbana e aplicação de medidas protecionistas direcionadas a equilibrar o produto interno do externo.

Os de estímulos podem decorrer: a) da demanda anteriormente satisfeita por importações do exterior e que agora é cativa à indústria nacional; b) pela expansão da demanda urbana (regional e/ou nacional) que se dá pela dinâmica do processo de recuperação e crescimento. Em ambos os casos, tais bens podem ser primários ou industriais. (...) Para que o estímulo exista e perdure, no caso de bens similares importáveis do exterior, basta a fixação de uma base protecionista mínima que permita a existência de um diferencial entre o preço interno e o preço externo internalizado. (CANO, 1985, p.191-192).

Os chamados efeitos de inibição ou de bloqueio se tratam de mecanismos voltados para a criação de barreiras regionais. De modo geral, com tais mecanismos cada estado ou região buscava fazer com que determinados produtos tivessem certa dificuldade em entrar em certos mercados regionais. Por fim, os efeitos de destruição apresentaram três períodos, sendo o primeiro entre 1930 e 1950, correspondendo à industrialização restringida e a falta de integração do mercado nacional devido à frágil infraestrutura existente no país.

Já o segundo período refere-se ao intervalo existente entre 1951 e 1962, fase marcada tanto pela transição entre a indústria restringida para a pesada, bem como pelo aumento da integração inter-regional. Por fim, o terceiro período inicia-se em 1962 e foi caracterizado pela questão do mercado via concorrência e pela acumulação de capital. Vale ressaltar que foi a partir deste período que o estado de São Paulo começou a ampliar significativamente sua participação na produção nacional, e, consequentemente, a ter uma maior concentração industrial, passando de 55,5% para 58,1% entre 1959 e 1970, respectivamente (CAIADO, 2002, p.12).

Diante da dinâmica caracterizada pelos três estímulos vistos durante 1955 e 1965, bem como a exacerbada concentração no estado de São Paulo, é possível observar que, se por um lado, São Paulo levaria sua periferia passar por alguns efeitos, destacadamente, o efeito bloqueador; por outro, essa mesma periferia, através de efeitos

de estímulos, sejam eles públicos ou privados, tentaria competir com a região centralizadora. Em outras palavras,

O amplo programa de inversões privadas e públicas que se realiza entre 1956 e 1961, quando se implanta a indústria pesada e a de bens de consumo durável no país, modificaria o padrão de dominação do mercado nacional. De um lado, reforçaria ainda mais a concentração industrial que se verificava em São Paulo e secundariamente em regiões vizinhas. Isto geraria novos e importantes efeitos de bloqueio à periferia nacional, mas ao mesmo tempo, por exigir maior grau de complementaridade agrícola e industrial, imprimiria a essa periferia substanciais efeitos de estímulos. (CANO, 1985, p.252).

Em síntese, é possível indicar que quanto mais o polo crescia (São Paulo e seus adjacentes) mais a periferia passava a necessitar de estímulo para não ficar atrasada ou mesmo não aumentar o efeito bloqueador. Entretanto, o que se pode observar é que a periferia não conseguiu acompanhar o ritmo do polo, pois como indicado na tabela 1, São Paulo já detinha 15 setores da indústria de transformação com mais de 50% de produção nacional, e os outros setores com expressiva porcentagem no que se refere a produção nacional.

Tabela 1 - Participação do Valor da Transformação Industrial do Estado de São Paulo em Relação ao Brasil, segundo Ramos Industriais 1919 - 1970 (%)

Ano	1919	1939	1949	1959	1970
Ramos Industrial					
Total	33,8	40,7	48,9	55,5	58,1
Minerais Não Metálicos	55,6	44,6	50,8	50,5	49,9
Metalurgia	48,5	34,2	49,5	43,4	52,7
Mecânica	-	69,7	70,4	78,5	68,5
Mat. Elétrico e de Comunicação.	-	60,2	78,8	80,1	78,9
Material de Transporte	48,8	85,4	70,8	86,6	81,1
Madeira	21,8	23,4	27	20,5	18,8
Mobiliário	26,7	41	49,3	58,7	54,9
Papel	-	39,4	55,7	60,7	65,2
Borracha	-	35,5	84	86,7	83,9
Química	29,1	44,3	70,5	64,8	54,1
Farmacêutica	-	-	46,6	50,6	66,4
Perf. Sabões e Velas.	-	-	37	47,8	68,3
Mat. Plásticas	-	...	85	51,3	68,3
Couros e Peles	32,2	29,4	31,5	29,7	27,9
Têxtil	38,6	51,2	55,3	57	61,7
Vestuário	41	44	48,2	54,6	56,7
Alimentar	26,9	25,1	35,3	40,7	44
Bebidas	-	38,7	41,2	46,5	41,7
Fumo	-	33,6	39,9	38,2	36,5
Editorial e Gráfica	...	37,5	41,6	50,4	52,5
Diversas	47,2	50,2	57,9	73,4	70,5
(-) dados inexistentes; (...) dados não disponíveis.					

Fonte: Cano (1998)

De acordo com a tabela anterior, entre esses 15 setores com mais de 50% de participação, alguns são bastante significativos como o caso dos setores de material de transporte e de borracha que apresentaram 81,1% e 83,9% respectivamente para o período de 1970. Além disso é possível indicar que os crescimentos mostravam-se gradativos e sólidos durante o período, com pouca perda em seus setores, inclusive, mesmo o setor de materiais plásticos decaírem de 85% em 1949 para 68,3% em 1970, em verdade permaneceu acima dos 50% de participação frente ao restante do país.

2.3 A concentração da Indústria do Brasil

Se por um lado a integração foi responsável pelo crescimento e desenvolvimento da indústria nacional, por outro, acabou por expor as desigualdades regionais existentes no país. Para este trabalho não serão analisados os diversos fatores que construíram esta desigualdade, e sim apenas aqueles fatores que mais influenciaram na indústria nacional. Neste caso, destaca-se a importância do eixo Rio – São Paulo, e, principalmente, São Paulo, estado que apresentava grande prosperidade devido ao café, produto de grande aceitação no mercado internacional, que acabou sendo um dos financiadores da industrialização paulista e um dos desenvolvedores do transporte do Brasil como um todo.

O café constituiu um produto de grande força industrializante para o Brasil como um todo e beneficiou a região onde sua produção mais se concentrava. Seus efeitos sobre a indústria foram muito importantes, pela elevada renda gerada, não apenas na forma de lucros para os fazendeiros, torrefadores, comerciantes e exportadores, mas principalmente, pela massa salarial criada nas cidades e no campo, que formava um amplo mercado interno de consumo para bens manufaturados. (SOUZA, 1993, p.19)

Discutindo acerca da importância do café, Singer indica que a “(...) disponibilidade de terra férteis, aglutinando uma população interiorana considerável, contribuíram para a expansão econômica e a consolidação futura da hegemonia paulista” (SINGER *apud* SOUZA, 1993, p.45). Em certa medida, os meios de transporte se desenvolveram, às indústrias paulistas ficaram mais competitivas e, desse modo, as empresas paulistas começaram a concorrer com as empresas pequenas e médias de outras regiões e aumentar a posição hegemônica de São Paulo.

Enquanto na década de 1950, o que se via era as regiões Norte e Nordeste apresentarem baixo crescimento econômico, as regiões Sudeste e Sul tendiam a concentrar esse crescimento. No caso da região Sul, embora não tendo um produto similar a importância do café, sua importância estava atrelada ao abastecimento das demais regiões. Já o Sudeste, destacava-se pelo estado de São Paulo, este que cada vez mais crescia industrialmente. Exemplo disso pode ser visto no período de 1939 a 1980, quando a participação de São Paulo no produto interno da indústria brasileira foi de 36,4% para 47,2%, respectivamente. De modo comparativo, neste mesmo período os estados do Rio de Janeiro, apresentou queda de 26,1% para 11,9%, o Rio Grande do Sul de 8,7% para 7,4%, e a região Nordeste de 12,1% para 9,5% (SOUZA, 1990, p. 179).

Na década de 1960, observou-se a modificação quanto a dominância do mercado nacional por parte de São Paulo, visto que a fase mercantil começou a se tornar secundária, já que São Paulo começava a produzir excedente e não conseguia mais converter em capital produtivo, tendo assim que vender para a periferia, e graças ao sistema de incentivos fiscais, São Paulo começa a fase “(...) para a forma mais avançada de dominação do mercado nacional: aquela que se manifesta via acumulação de capital” (CANO, 1985, p.195).

A liderança do desenvolvimento capitalista em São Paulo, uma vez obtida (pré 1930) tendeu a acentuar-se, por razões que dizem respeito, antes de mais nada à dinâmica do próprio polo. Quer dizer: essa liderança pode ser entendida pela crescente capacidade de acumulação de capital em São Paulo, com marcante introdução de progresso técnico e diversificação de sua estrutura produtiva. Mais ainda: esse processo de concentração industrial obedeceu – conforme diz a boa doutrina – a fria lógica da localização industrial. (CANO, 1985, p. 302).

A concentração industrial em São Paulo foi crescente até 1968, quando sua participação no produto interno bruto da indústria brasileira atingiu um máximo (56,8%), declinando justamente na época do “milagre”. Entre 1970 e 1985, a participação do produto interno bruto de São Paulo, em relação ao produto interno bruto do Brasil, declinou de 39,4% para 34,1%. A mesma perda de participação ocorreu no PIB industrial paulista (56,4% para 43,9%), como o PIB gerado na agricultura (18,0% para 17,6%). Declinou também a parte do produto industrial do Sudeste no produto industrial brasileiro. (SOUZA, 1993, p. 20).

Já nos anos iniciais da década de 1970 era possível observar uma mudança de fase na indústria nacional. De fato, foi durante este período que sucessivos planos voltados à infraestrutura e melhoras da indústria através da retomada de investimentos como fator de expansão, ganharam destaque na agenda governamental. Neste caso, como já estava praticamente consolidada a integração do mercado nacional, a estratégia era investir fora do principal polo industrial brasileiro.

2.4 O auge da desconcentração industrial (1970 – 1985)

Em linhas gerais, é possível indicar que o estudo da desconcentração industrial apresenta duas vertentes, a primeira diz respeito ao precursor deste debate, Wilson Cano, que buscou explicar e compreender a desconcentração utilizando da divisão regional do trabalho e da distribuição regional de renda, bem como da análise do desenvolvimento econômico e social dos agentes no território nacional. Já a outra vertente tem em Carlos Roberto Azzoni seu principal expoente e traz como

característica buscar compreender tal fenômeno através da teoria de economias e deseconomias de aglomeração. Neste caso, Carlos Roberto Azzoni entende que o Brasil estaria passando por um processo de “desconcentração concentrada”, onde a desconcentração industrial da região metropolitana de São Paulo estaria se expandindo para centros urbanos próximos a essa região metropolitana, tendo como referência um raio de aproximadamente 150 km, ou seja, atingindo principalmente o sul de Minas e a região metropolitana de Curitiba.

De acordo com Bragueto (2006), o processo de desconcentração industrial pode ser dividido em três períodos, sendo o primeiro iniciado na década de 70 e tendo seu ápice em meados de 1970 até 1985. Já o segundo período, de 1985 até 1994, embora considerada como um período de inflexão, vale ressaltar que alguns autores acreditam que houve desconcentração, porém pouco acentuada, e praticamente sem dados concretos. Por fim, o terceiro período inicia-se em 1995 e percorre até os dias atuais (BRAGUETO, 2006).³

Levando em consideração a divisão apresentada por Bragueto (2006), é possível indicar que, para o período de 1970 a 1985, a região Sudeste foi a única que teve perda de participação no PIB, passando de 65,5% para 59,1%, enquanto que nas outras regiões, o que se viu foi o contrário, isto é, apresentaram aumento em suas respectivas participações no PIB. Reflexo disso pode ser visto no Norte (de 2,2% para 4,1%), no Centro Oeste (de 2,6% para 3,8%),⁴ o Nordeste (de 11,7% para 13,6%) e a região Sul (de 16,7% para 17,1%) (CAIADO, 2002, p. 19).

Ainda sob este mesmo período, porém restringindo a análise da produção industrial na esfera dos estados, São Paulo apresentou declínio em sua participação nacional (de 58,1% para 51,9%). Vale ressaltar que tal declínio só não foi mais intensificado pois o estado recebeu investimentos privado e público, principalmente ligados a petróleo, petroquímica, siderurgia, telecomunicações, microeletrônica, tecnologia militar e aeroespacial. Além disso, foi durante este período que São Paulo recebeu vasto investimento no subsetor sucroalcooleiro devido a implantação do Proálcool, fator que levou ao crescimento e desenvolvimento da agroindústria.

³ Discutindo acerca disso, Bragueto (2006, p. 1), indica que: “O primeiro entre, entre 1970 e 1985, pode ser caracterizado como o de auge do processo de desconcentração e o segundo, de 1985 até por volta de 1994, houve uma inflexão do processo. Para os anos posteriores a 1994, porém, alguns autores acreditam que se configuraria um terceiro período, em que estaria havendo uma retomada da desconcentração industrial.”

⁴ Referente ao Centro Oeste excetua-se o Distrito Federal.

No caso nordestino, o estado da Bahia apresentou aumento em sua participação (de 1,5% para 3,8%), crescimento fruto da implantação do polo petroquímico de Camaçari. Na região Norte, os destaques são os estados da Amazônia e do Pará, o primeiro com a ampliação da Zona Franca de Manaus, e o segundo com a implantação do Projeto Grande Carajás, com mineração e siderurgia, e de alumínio pela Alunorte. No caso dos estados da região Sul, o Rio Grande do Sul apresentou aumento de 12% para 16,7%, devido ao polo petroquímico de Triunfo, e a indústria de calçados, Santa Catarina, cresceu de 2,6% para 3,9% de participação industrial no Brasil, com destaque na expansão da produção de implementos agrícolas e principalmente com o setor têxtil. Por fim, ainda na região Sul, destaca-se o Paraná, estado que apresentou crescimento de 3,1% para 4,9% com destaque para sua agroindústria e papel e celulose (CAIADO, 2002, p. 26).

O sul foi a região que mais pontos percentuais ganhou nos dois períodos (passa de 12% em 1970 para 16,7% em 1985 e 18,1% em 1995) beneficiado pela decisão política federal de ali instalar o terceiro polo petroquímico nacional, pelo melhor desempenho agroindustrial, de produção de máquinas agrícolas e tratores, equipamentos em geral, material elétrico e de transporte. Além dos efeitos também decorrentes de sua prática em “guerra fiscal”, a região tem apresentado condições propícias (mão de obra, urbanização, agricultura moderna, proximidade com o mercado paulista, etc.) a um grau mais avançado de desconcentração do investimento industrial. (CANO, 1997, p.118).

Os acréscimos da participação da produção industrial anteriormente apresentado, em grande parte, são resultados dos investimentos públicos advindos do II PND, cujo objetivo era distribuir o investimento pelas regiões do país. Neste caso, a estratégia era utilizar dos recursos naturais e desenvolver a produção do setor primário, fatores que possibilitaram uma maior expansão e desenvolvimento da agroindústria, estimulando assim, indústrias de pequeno porte locais e regionais. Além disso, outro fator de grande importância é que os investimentos do II PND foram estendidos, fazendo com que os efeitos dinâmicos se alongassem até meados da década de 1980.

Nesse sentido, é possível encontrar duas consequências que caminham lado a lado aos investimentos e a diminuição destes por parte do II PND. Primeiramente, até 1985, o que se viu foi a continuidade na desconcentração industrial, tendo como gerador os investimentos do II PND. Diferentemente disso, já no pós-1985, a ausência dos investimentos levou a diminuição da desconcentração, cujos indicadores passaram a variar entre índices positivos e negativos. Reflexo disso pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 2 - Distribuição Regional da Indústria de Transformação 1970 - 1985 (%)

Regiões e Estados Selecionais	1970	1975	1980	1985
Brasil	100	100	100,1	100
Norte	0,8	1,3	2,4	2,5
Nordeste	5,7	6,6	8,1	8,6
Nordeste (menos BA e PE)	2	2,3	2,6	2,8
Bahia	1,5	2,1	3,5	3,8
Pernambuco	2,2	2,2	2	2
Sudeste	80,7	76,3	72,6	70,8
Minas Gerais	6,5	6,3	7,7	8,2
Espírito Santo	0,5	0,6	0,9	1,2
Rio de Janeiro	15,5	13,5	10,6	9,5
São Paulo	58,2	55,9	53,4	51,9
RMSP	43,5	38,8	33,6	29,4
Restante do Estado	14,7	17,1	19,8	22,5
Sul	12	14,8	15,9	16,7
Paraná	3,1	4	4,4	4,9
Santa Catarina	2,6	3,3	4,1	3,9
Rio Grande do Sul	6,3	7,5	7,3	7,9
Centro-Oeste (1)	0,8	1	1,1	1,4

(1) Inclui o Estado do Tocantins

Fonte: Caiado (2002)

Dentre as consequências da desconcentração industrial entre 1970 e 1985, destaca-se a redução das disparidades regionais. Exemplo disso pode ser encontrado na comparação entre as décadas de 1970 e 1980, uma vez que se durante os anos de 1970 apenas três estados tinham renda acima da média nacional, no caso, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a década de 1980 iniciava-se com o número de cinco estados, os três anteriormente indicados somados a Espírito Santo e Santa Catarina, e chegava em 1985, com seis, os cinco anteriores mais o estado do Paraná.⁵

⁵ Na análise de Caiado (2002, p. 27), “a convergência teve duas componentes: o crescimento econômico de regiões periféricas e a dinâmica demográfica, notadamente a migração. Os intensos fluxos migratórios também contribuíram para elevar a renda per capita das principais regiões expulsoras (NE e MG) e reduzir as das receptoras (NO, CO, RJ, SP, PR e SC) possibilitando certa “redistribuição” da pobreza, num amplo processo de acomodação dos problemas sociais.

3. A PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO SUL NA DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

3.1 A desconcentração industrial na região Sul do Brasil entre 1995 e 2012

Desde o primeiro período da desconcentração industrial, a região Sul já era a mais beneficiada, e isso se deve a grande disponibilidade de recursos naturais encontrados nos três estados componentes dessa região. Além disso, outra importante característica da região Sul encontra-se relacionada à dinâmica de suas estruturas produtivas, já que os três Estados que Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentam grandes diferenças quanto a este fator.

Paralelamente a estas características, observa-se também um processo muito significativo que foi a chamada desconcentração intraregional, processo que fez com que essa região chegasse ao terceiro período da desconcentração bem melhor preparada. Conforme Diniz (1993) e Diniz e Crocco (1996), as perdas na participação das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, consequentemente levaram a região Sul e o estado de Minas Gerais a ganharem maior participação, formando, para esses autores, uma espécie de polígono entre Minas Gerais até o nordeste do Rio Grande do Sul, no qual o processo de desconcentração industrial ficou concentrado.

Já autores como Negri (1994), Pacheco (1999) e Saboia (2001) relatam que a desconcentração industrial não ficou apenas restrita ao polígono, pode se observar pela Zona Franca de Manaus, e o desenvolvimento de alguns setores da indústria no Centro-Oeste e no Nordeste do Brasil, mas ao mesmo tempo eles confirmam que a região sul do Brasil foi a maior beneficiada no processo de desconcentração industrial, mesmo com desequilíbrios regionais bem elevados.

Na visão de Ramos e Ferreira (2005) o que houve foi o esgotamento das indústrias pertencentes ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo, culminando na perda de indústria para a região Sul e os outros dois Estados da região Sudeste através da chamada “guerra fiscal”. Para Ardisson (2009) o processo de desconcentração industrial continuou ocorrendo no período de 1996-2005, no entanto, passou a ser restringida a determinados tipos de indústria.⁶

⁶ Segundo Tinoco (2001, p. 56), “[...] ou seja, coisificam (através da continuidade da utilização de conceitos e instrumentos de análise defasados) o processo de desconcentração inicial e não conseguem lidar com o fato de que os fatores estruturais da economia brasileira mudaram significativamente para o terceiro período.[...] O que salientamos aqui é que o processo do terceiro período não pode ser estudado e

Até os anos 1970, a expansão industrial se dera através das indústrias básicas (articuladas às disponibilidades de recursos naturais) e duráveis de consumo. Mas é preciso também reconhecer que as mudanças tecnológicas posteriores induziram os setores sustentados na ciência e na técnica, com pouca demanda por recursos naturais. Uma série de novos requisitos locacionais ganha destaque, como a existência de centros de ensino e pesquisa, associados à base educacional e cultural, o mercado de trabalho profissional, as relações industriais articuladas geograficamente e a concentração de recursos de pesquisa, entre outros. (DINIZ, 1993 p. 54 – 55)

Mostra-se assim que as variáveis que serão estudadas, emprego e valor adicionado, devem apresentar além dos índices, uma relação com o restante das atividades econômicas como elas interagem, com outros setores da economia e como são comparada com outras regiões, ou mesmo dentro dessa região, em relação aos estados que o compõem, como a migração, a guerra fiscal e a inovação afeta esse processo de desconcentração industrial, principalmente na região Sul do Brasil.

Entretanto, se a desconcentração da atividade produtiva, de um lado, provocou a integração produtiva entre as diferentes regiões do Brasil, de outro, não deixou de impactá-las de forma diferente, atingindo desde a estrutura produtiva até a organização da sociedade. Nos Estados da Região Sul, a produção agropecuária perde força e abre espaço para consolidação e expansão das agroindústrias de carnes e grãos, que são espalhadas pelos Estados. A produção industrial, de acordo com Guimarães Neto (1995), em toda a região, além garantir sua participação na produção de bens de consumo não duráveis, em especial a produção de alimentos, ganha posição quanto à sua participação na indústria de bens duráveis, em particular a produção de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas com o objetivo de atender à demanda da agropecuária sulina por esses bens e comercializar com os demais Estados e mercado internacional. (SOUZA, LIMA, 2009, p. 20).

Levando em consideração as transformações tanto econômicas quanto sociais ocorridas na região Sul do país entre 1995 e 2002, para o presente estudo da desconcentração industrial, serão analisados dados da indústria de transformação levantados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como serão utilizadas três variáveis, a saber: número de estabelecimentos, número de empregos e valor adicionado. A indústria de transformação dessa região será analisada por doze setores da indústria de transformação, e para o processo de desconcentração regional da indústria serão utilizadas medidas como participação relativa, esta que informa o percentual de cada

variável, e o quanto cada setor representa para cada estado da região sul. Quociente locacional, índice de Hirschmann-Herfindahl (HH), e índice de Gini são índices de medidas de concentração dos quais é possível detectar quanto cada estado ou a própria região sul está se desconcentrado para o período proposto.

3.1.1 - Emprego

Para os resultados encontrados na variável emprego e estabelecimento, é possível observar um aumento 85% do número de empregos, passando de 1.109.832 para 2.052.679, dentre os quais aumentos significativos nas indústrias de capital intensivo, como por exemplo Mecânica, Transporte e indústria Química, já os de trabalho intensivo destaque para o setor de Têxtil, com 99,8% de aumento em número de empregos.

Além disso, o número de estabelecimentos também segue elevado com 98,3% de aumento, uma vez que se em 1995 apresentava 53.539, em 2012 apresentava 106.144 estabelecimentos, com destaques para Mecânica com crescimento de 272,4% para o período, e para os setores de Metalurgia, Elétrico e Comunicações, Papel e gráfica, Química, Têxtil e indústria de Calçados que atingiram crescimento acima da casa dos 100% como pode ser constatado na tabela abaixo. Ou seja a característica que deve ser observada é que o crescimento da indústria da região sul não se limitou somente às chamadas indústrias tradicionais ou chamadas de trabalho intensivo, como, por exemplo, a de alimentos e bebidas, calçados, móveis e têxtil, mas sim para as de setores modernos como de material eletrônico, transporte e mecânica, as ditas de capital intensivo no qual a região sul mostrou grande crescimento.

Tabela 3 – Empregos Formais e Estabelecimentos por Setor da Indústria de Transformação da Região Sul do Brasil (1995 - 2012)

Região Sul	Empregos			Estabelecimentos		
	1995	2012	Var (%)	1995	2012	Var (%)
Prod. Mineral não Metálico.	49.217	88.627	80,1	3.960	6.858	73,2
Indústria Metalúrgica	82.170	185.922	126,3	5.886	14.561	147,4
Indústria Mecânica	79.804	184.327	131,0	2.099	7.816	272,4
Elétrico e Comunicações	31.661	76.805	142,6	919	1.948	112,0
Material de Transporte	36.066	122.720	240,3	1.240	2.101	69,4
Madeira e Mobiliário	146.925	209.363	42,5	10.629	15.801	48,7
Papel e Gráfica	63.437	96.132	51,5	2.905	6.547	125,4
Borracha, Fumo, Couros	56.652	85.081	50,2	2.625	5.042	92,1
Indústria Química	76.252	170.616	123,8	3.131	6.363	103,2
Indústria Têxtil	146.959	293.649	99,8	9.399	19.931	112,1
Indústria Calçados	118.801	123.037	3,6	2.152	4.467	107,6
Alimentos e Bebidas	221.888	416.400	87,7	8.594	14.709	71,2
Total	1.109.832	2.052.679	85,0	53.539	106.144	98,3

Fonte: Elaboração Própria com dados da RAIS

Apesar da concentração industrial na região Sudeste, em especial no estado de São Paulo ainda continuar elevada, o processo de desconcentração industrial, principalmente na indústria de transformação, segue em paralelo, pois medidas de concentração, mostram que certos setores da indústria estão tendo uma maior importância para a região sul como é o caso indústria de Transporte, Metalurgia, Papel e Gráfica e Elétrico e Comunicações que apresentam indicadores crescente como é o caso do quociente locacional, essa medida permite avaliar o grau relativo de concentração de determinado setor, de determinada região, no qual é “utilizado para comparar a participação percentual do número de empregados de uma região, com a participação percentual do Brasil” (Piacenti, 2008). O cálculo do quociente locacional é comparar a importância do setor industrial “x” na região sul, com a importância que esse mesmo setor tem com o Brasil (soma de todas as regiões).

Salientando que o cálculo deixa implícito a leitura dos resultados, os valores inferiores a 1 mostram que setores “x” da indústria de transformação da região sul estão abaixo do padrão (Brasil), e quando os valores estão acima de 1, mostram que o setor “x” está acima da verificada na região padrão. Neste caso, isso significa que o setor é mais especializado do que a região padrão (Brasil).

Soares, Santos e Freitas (2008, p. 390) destacam que apesar do QL ser importante nas aglomerações industriais e especialização produtiva, é preciso

ter cuidado na interpretação dos resultados, considerando a economia observada. No caso da economia brasileira, “(...) é de se esperar que um número expressivo de setores em diferentes cidades apresente QL acima de um, sem que isto signifique a existência de especialização produtiva, mas sim de diferenciação (...)” e complementa “assim seria prudente que o valor de corte (...) fosse significativamente acima de um. (ALBUQUERQUE, LAGES, 2011, p. 8).

A tabela 4 mostra valores dos quais em 1995, a região sul apresentava quatro setores considerados especializados, sendo eles apenas o de Mecânica como de indústria de avanço tecnológico. Já em 2012 esse número sobe para cinco, incluindo o setor têxtil. Outra análise é referente à indústria tradicional, tais como a de Alimentos e Bebidas, Borracha, Fumo e Couro, Madeira e Mobiliário (apesar da redução do índice sua importância continua elevada para a região), Produção Mineral não Metálico, enfim, que apresentaram queda em seus respectivos quociente locais. Diferentemente, a indústria de avanço tecnológico como a Mecânica, ganharam participação no período junto com a Metalúrgica, Elétrico e Comunicações, Material de Transporte, Papel e gráfica, Química e Têxtil, que assim ao elevarem seus esses índices, assumiram uma maior participação em relação a indústria nacional.

Outro aspecto a ser observado no quociente locacional para o período analisado, é quanto a produtividade nacional baixa, a participação do valor adicionado caiu, (como pode ser observado pela tabela 6, mas a preços correntes do valor adicionado teve aumento em todos os estados da região sul do Brasil (tabela 7), sendo assim, uma explicação para esse tipo de contradição pode ser que as indústrias tanto tradicionais como tecnológicas estão aplicando mais inovações em seus produtos ou processos, pois como foi mostrado na tabela 3 de evolução de empregos e estabelecimento, para o período foi de aumento de ambos.

O uso do número de empregados e não de estabelecimento no cálculo se deve a uma importante dificuldade que se deve levar em conta quanto ao quociente locacional, é que ele pode superestimar a existência de pequenos locais e subestimar os grandes locais, já que ele compara duas estruturas setoriais através de representação. Logo, uma região pouco desenvolvida industrialmente poderá apresentar elevado índice de QL, por isso a utilização de outros índices auxiliares torna-se importantes.

Tabela 4 - Índice Quociente Locacional de Emprego da Região Sul do Brasil (1995 - 2010)

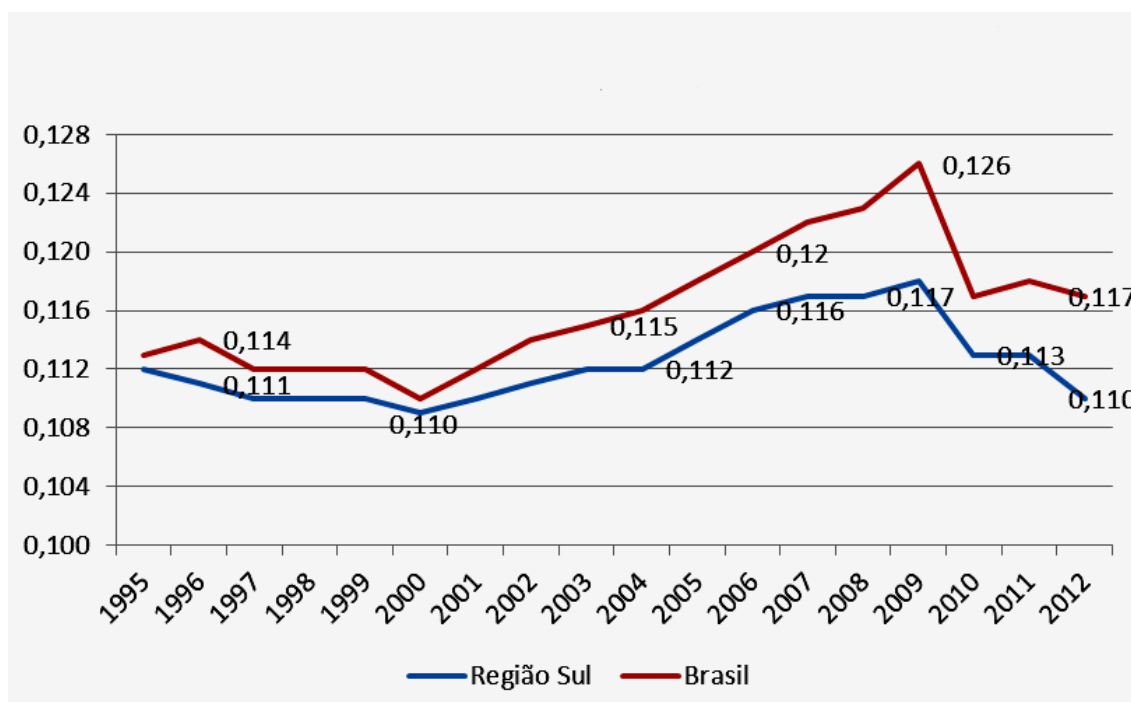
Setores/ Ano	1995	2000	2005	2010
Prod. Mineral não Metálico.	0,91	0,77	0,77	0,79
Indústria Metalúrgica	0,70	0,79	0,80	0,86
Indústria Mecânica	1,18	1,12	1,11	1,18
Elétrico e Comunicações	0,65	0,70	0,77	0,92
Material de Transporte	0,50	0,70	0,72	0,77
Madeira e Mobiliário	1,95	1,75	1,79	1,69
Papel e Gráfica	0,88	0,88	0,96	0,92
Borracha, Fumo, Couros.	1,05	1,10	1,00	1,02
Indústria Química	0,69	0,71	0,73	0,70
Indústria Têxtil	0,94	0,99	1,05	1,15
Indústria Calçados	2,67	2,07	1,73	1,46
Alimentos e Bebidas	0,93	0,89	0,93	0,95

Fonte: Elaboração própria com dados da RAIS

Quanto ao índice Hirschmann-Herfindahl (HH), que tem como resultado quanto mais próximo do zero mais desconcentrado está a região, sendo assim é possível observar duas trajetórias para o período em estudo. Primeiro que a série inicia-se com 0,113 em 1995, decaindo em 2000 para 0,110 mostrando que estava ocorrendo desconcentração industrial por parte dos empregos. Entretanto, depois o que se vê é uma elevação do índice atingindo 0,126 em 2009, ou seja, um processo inverso ao da desconcentração, mas em um período pequeno, de 3 anos o índice cai de novo, chegando em 2012 em 0,117. Especificamente à região sul, houve uma desconcentração industrial interna gradativa, pois o índice começa em 0,112 e termina em 0,110, ou seja, isso confirma que houve desconcentração industrial dentro dessa região, claro que assim como o índice para o Brasil, ele apresentou acréscimo e decréscimo, como é possível observar no gráfico.

Com relação ao processo de desconcentração intraregional, o Sul é uma das grandes regiões brasileiras que merecem atenção, pois o processo aconteceu de forma mais acentuada. Houve significativas mudanças em todos os âmbitos dos Estados sulinos. A atividade produtiva deixa de se concentrar nas grandes cidades, normalmente nas capitais, e se espalha para outras localidades do interior. (SOUSA e LIMA, 2009, p.12).

Figura 1 - Índice Hirschmann – Herfindahl para Emprego da Indústria de Transformação na Região Sul do Brasil (1995 – 2012)



Fonte: Elaboração própria com dados da RAIS

Desse modo outro índice de grande relevância para a análise da desconcentração dentro da região Sul do Brasil é o coeficiente de localização, pois seu calculo indica o grau de semelhança ou de desvio entre o padrão de localização do setor escolhido no estado, e o padrão de localização da região de referência.

Os resultados devem ser interpretados da seguinte maneira, se for próximo de 0 (zero) o setor produtivo “x” está distribuído regionalmente da mesma forma para cada estado analisado. Já se o valor for próximo a 1 (um), o setor produtivo “x” tem um padrão de concentração estadual mais intenso do que o conjunto regional. Em outras palavras, quanto maior o coeficiente de localização, mais o setor produtivo “x” se encontra num único estado.

A tabela e o gráfico logo abaixo dão uma dimensão de como está distribuido os setores da indústria de transformação pelos três estados da região sul. O gráfico traz a comparação entre os coeficientes de localização de 1995 e 2012 dos setores da indústria de transformação da região Sul do Brasil.

Tabela 5 - Índice Coeficiente de Localização e Emprego na Indústria de Transformação dos três Estados da Região Sul do Brasil (1995 - 2012)

Setores	1995				2012			
	PR	SC	RS	Coef. Loc.	PR	SC	RS	Coef. Loc.
Prod. Mineral não Metálico.	16.545	20.010	12.662	0,17	30.652	36.264	21.711	0,11
Ind. Metalúrgica	16.059	22.116	43.995	0,10	52.278	56.015	77.629	0,06
Ind. Mecânica	18.747	24.145	36.912	0,04	49.649	58.097	76.581	0,06
Elétrico e Comunicações	8.371	10.272	13.018	0,03	28.208	28.552	20.045	0,10
Material de Transporte	9.043	7.719	19.304	0,10	42.372	19.639	60.709	0,15
Madeira e Mobiliário	57.320	52.879	36.726	0,18	81.619	67.638	60.106	0,07
Papel e Gráfica	23.692	18.367	21.378	0,10	37.319	30.356	28.457	0,06
Borracha, Fumo, Couros.	12.246	5.499	38.907	0,26	20.510	16.593	47.978	0,21
Ind. Química	22.031	19.690	34.531	0,04	65.995	52.526	52.095	0,06
Indústria Têxtil	31.954	92.174	22.831	0,33	91.438	166.838	35.373	0,26
Ind. Calçados	1.374	3.735	113.692	0,53	3.554	7.608	111.875	0,55
Alimentos e Bebidas	83.742	53.409	84.737	0,11	174.486	101.086	140.828	0,09
Total	301.124	330.015	478.693		678.080	641.212	733.387	

Fonte: Elaboração própria com dados da RAIS

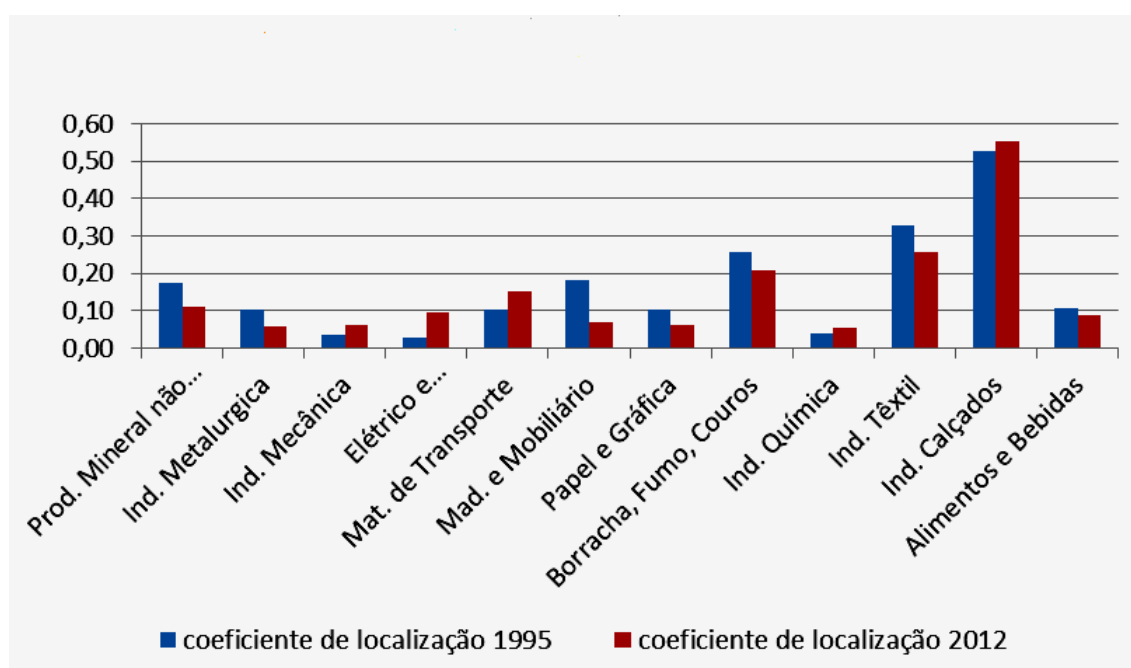
A tabela dá detalhes e complementa o gráfico fazendo uma comparação entre 1995 e 2012 entre a quantidade de emprego dos setores da indústria de transformação e mostra que quase todos os setores nos três estados apresentaram crescimento em números de empregos exceto a indústria de calçados no Rio Grande do Sul, em alguns setores mais que duplicou, outros chegou a triplicar como é o caso da Metalúrgica no Paraná e as indústrias de Material de Transportes e Elétrico e Comunicações nos três estados da região Sul.

Todavia, o que é relevante tanto na tabela como no gráfico é como cada setor se comportou durante esse processo durante o período estudado. Em linhas gerais, dos 12 setores analisados, 7 tiveram diminuição do índice, fator positivo visto que mostra que a desconcentração industrial esta caminhando para uma homogeneidade na região sul. Neste caso, destacam-se a Indústria de Produção Mineral não Metálico, a Indústria Metalúrgica, a Madeira e Mobiliário, a Indústria de Papel e Gráfica, apresentando as três últimas com diminuição no índice abaixo dos dois dígitos, sendo 0,06, 0,07 e 0,06

respectivamente. As indústrias de Borracha, Fumo e Couro, Indústria Têxtil e Indústria de Alimentos e Bebidas conseguiram diminuir seu índice ficando com 0,09.

Os cinco outros setores industriais, tiveram um aumento no seus índices mostrando assim disparidade entre os estados, pois houve concentração em um estado ou os outros estados não conseguiram acompanhar o crescimento como foi o caso da Indústria de Material de Transporte e principalmente da Indústria de Calçados, quanto ao setor de Material de Transporte, por exemplo, Santa Catarina não conseguiu acompanhar o crescimento de emprego do Paraná e do Rio Grande do Sul, já quanto a Indústria calçadista, a diferença é tão discrepante, que a quantidade de emprego em 2012 desse setor no Rio Grande do Sul chega a ser mais de 30 vezes a do Paraná e 14 vezes o de Santa Catarina, e como foi mencionado, o Rio Grande do Sul, foi o único estado na região sul que apresentou queda no número de emprego em 2012 se comparado ao de 1995 e mesmo assim a Indústria de Calçados mostrou-se bem concentrada quando referência é este índice.

Figura 2 Coeficiente de Localização do Emprego na Região Sul do Brasil



Fonte: Elaboração própria com dados da RAIS

3.1.2 - Valor adicionado

Quanto ao valor adicionado, à região Sul apresentou queda na participação da indústria se comparado com outros setores da economia. Em 2000, a região apresentava

24,81% em relação aos outros setores, já em 2012 esse índice foi para 20,53%. Paralelamente a isso na participação nacional também houve queda, a participação da indústria frente a outros setores da economia houve uma redução de 0,2% p.p., já que em 1995 enquanto que a indústria representava 16,4%. No entanto, em 2012 essa representação havia ficado em 16,2%, mas uma observação que se tem que fazer é que em 2003 essa representação atingiu os 18% (IBGE, 2015).

Os três estados da região Sul apresentaram redução de participação, reflexo disso pode ser encontrado na indústria de transformação, esta que acompanhou a redução. Segundo a tabela 6:

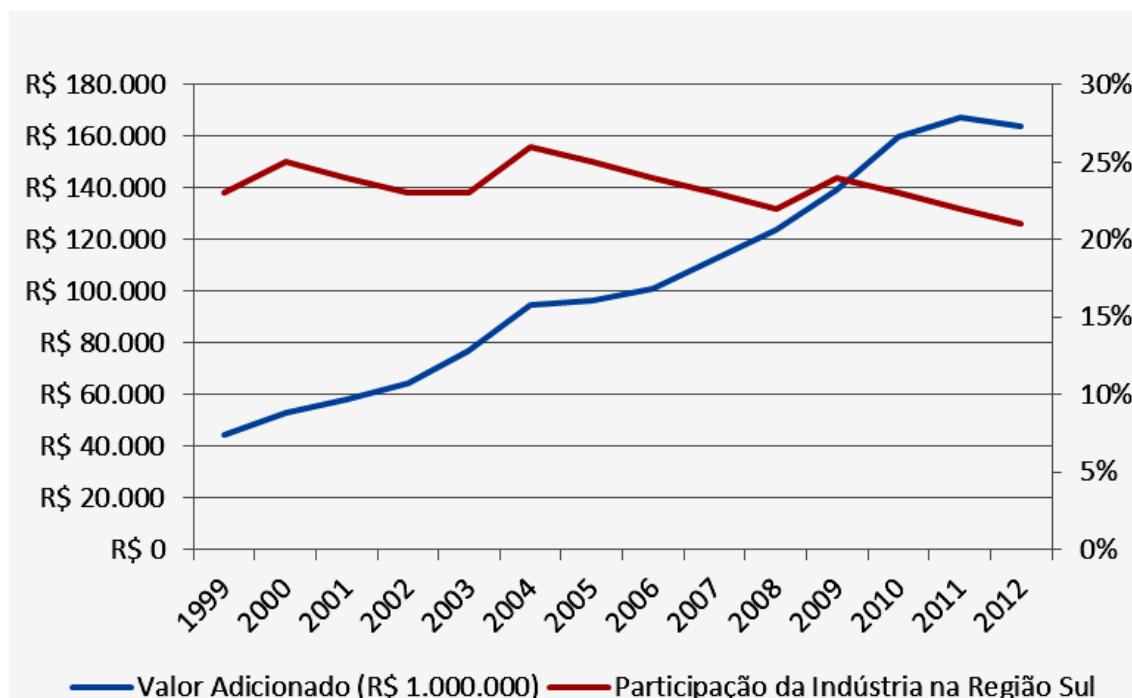
Tabela 6 - Participação da Indústria no Valor Adicionado Bruto dos Estados do Sul do Brasil
1996 - 2012 (%)

Paraná	1996	2000	2004	2008	2012
Indústria	27,1	29,3	30,1	26,6	24,5
Indústria Transformação	17	18	20,9	17,4	14,8
Santa Catarina	1996	2000	2004	2008	2012
Indústria	33,6	35,6	35,9	34,4	33,6
Indústria Transformação	26,1	26,1	26	23,3	21,5
Rio Grande do Sul	1996	2000	2004	2008	2012
Indústria	27,7	29,8	31,5	26,5	25,3
Indústria Transformação	22,3	23	24,5	19,9	17,5

Fonte Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

O gráfico abaixo mostra uma comparação entre o valor adicionado bruto em preços correntes e a participação da indústria da região sul referente a outros setores da economia, e o que se pode observar quanto a participação, para o período em estudo (1999 – 2012) ela está sempre sofrendo variação mas sempre acima da casa dos 20%, mas com ressalva já que desde 2004 ela vem sofrendo quedas constantes, quanto a preços correntes o valor adicionado seguiu uma ascendência onde apenas em 2011 sofreu uma pequena redução, pois no ano anterior já era possível observar uma “fredda” desse crescimento.

Figura 3 Valor Adicionado (R\$) e Participação da Indústria de Transformação (%) da Região Sul do Brasil (1999 – 2012)



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE

Outra observação sobre o valor adicionado da região sul esta na tabela abaixo, que mostra o quanto cada mesorregião cresceu. De modo geral, praticamente todas as mesorregiões dos três estados tiveram um crescimento bem significativo a tal ponto que podemos destacar algumas mesorregiões. No Paraná, a mesorregião metropolitana de Curitiba, além de abrigar a capital do Estado, trata-se de uma região densamente povoada, seu valor em 1996 era de mais de R\$ 10.341 bilhões e em 2010 esse número chegou a R\$ 11.026 bilhões, tendo como um de seus destaques industriais o setor automobilístico. Para a mesorregião do Oeste Paranaense, o destaque foi o setor agroindustrial, principalmente nas cidades de Cascavel e Foz do Iguaçu, onde o valor adicionado dessa mesorregião chegou a ser mais de três vezes o valor inicial do período, ou seja, se em 1996 seu valor era de R\$ 1.066 bilhões, em 2010 a cifra era de R\$ 3.460 bilhões.

Para o Estado de Santa Catarina as mesorregiões do Norte Catarinense e Vale do Itajaí são os destaques positivos. Entre 1996 e 2010, a mesorregião norte apresentou crescimento de 36% no seu valor adicionado, tendo destaque o setor elétrico metal-mecânico, as cidades de Joinville, Jaraguá do Sul e São Bento, esta que se destaca pelo grande parque fabril. Neste mesmo período, a mesorregião do Vale apresentou

crescimento de 29%, com destaque o setor da indústria têxtil e as cidades de Blumenau e Brusque.

Diferentemente das mesorregiões anteriormente apresentadas, uma mesorregião catarinense acabou tendo nesse período redução de seu crescimento, no caso, a mesorregião do Oeste Catarinense. De fato, embora sendo uma mesorregião de grande prosperidade industrial, com destaque a cidade de Chapecó e a agroindústria, entre 1996 e 2010, houve o declínio de R\$ 5 bilhões para um pouco mais de R\$ 3,5 bilhões, respectivamente nesta mesorregião.

No Rio Grande do Sul, a mesorregião metropolitana de Porto Alegre, mesmo apresentando recuo de 1,34% no seu valor adicionado, foi, simultaneamente, a mesorregião que apresentou maior valor adicionado dentre todas as mesorregiões do estado, e da região sul como um todo. De fato, se valor adicionado na indústria em 1996 era de R\$ 14.928 bilhões, em 2010 esse valor chegou a R\$ 14.727 bilhões. Vale lembrar que essa mesorregião é industrializada com destaque para a indústria de alimentos, calçados e petroquímica, e para as cidades de Porto Alegre, Canoas, Gravataí, Triunfo e Novo Hamburgo.

Além da mesorregião metropolitana de Porto Alegre, outra mesorregião que se destaca é a Nordeste Rio Grandense com a indústria metal mecânica, esta que a coloca como o segundo maior polo industrial metal mecânico do país ficando atrás apenas de São Paulo. Considerada a mesorregião que mais contribuiu para a industrialização do estado gaúcho, e tendo Caxias do Sul como o município com maior destaque, essa mesorregião saiu da casa dos R\$ 3 bilhões e em 2010 chegou ao valor adicionado de mais de R\$ 4.889 bilhões.

Tabela 7 - Valor Adicionado Bruto da Indústria a Preços Correntes (R\$) para as Mesorregiões da Região Sul do Brasil (1996 - 2010)

Paraná	1996	2000	2005	2010
Centro Ocidental Paranaense	84.977	241.883	282.641	377.816
Centro Oriental Paranaense	1.353.131	1.295.649	1.665.197	1.549.222
Centro-Sul Paranaense	275.856	786.165	941.449	814.958
Metropolitana de Curitiba	10.341.178	8.220.561	9.858.968	11.026.696
Noroeste Paranaense	289.057	470.549	621.841	863.432
Norte Central Paranaense	2.431.947	2.485.702	2.847.766	3.220.785
Norte Pioneiro Paranaense	245.736	406.269	466.775	494.827
Oeste Paranaense	1.066.734	3.134.235	3.535.084	3.460.077
Sudeste Paranaense	217.087	317.711	315.941	316.563
Sudoeste Paranaense	310.754	368.639	527.624	815.054
Santa Catarina	1996	2000	2005	2010
Grande Florianópolis	1.037.939	930.341	1.100.407	1.577.498
Norte Catarinense	4.871.765	3.945.869	4.999.022	6.631.459
Oeste Catarinense	5.301.455	2.887.753	3.490.881	3.596.724
Serrana	479.451	599.700	726.872	839.413
Vale do Itajaí	3.787.435	3.337.783	3.768.738	4.892.534
Sul Catarinense	1.502.966	2.051.302	1.867.620	2.330.681
Rio Grande do Sul	1996	2000	2005	2010
Centro Ocidental Rio-grandense	277.377	392.923	409.410	528.659
Centro Oriental Rio-grandense	1.876.486	1.931.014	2.121.961	2.586.733
Metropolitana de Porto Alegre	14.928.405	11.980.587	12.831.047	14.727.234
Noroeste Rio-grandense	2.083.300	2.161.761	2.527.464	3.326.413
Nordeste Rio-grandense	3.909.624	3.155.003	3.801.726	4.889.100
Sudoeste Rio-grandense	426.788	598.969	746.923	889.268
Sudeste Rio-grandense	1.116.787	1.212.846	1.173.516	1.604.555

Unidade: R\$, a preços do ano 2000

Comentário: Fontes: Para 1999-2007: Sistema de Contas Regionais Referência 2009. Conceito utilizado a partir de 1999 a preços básicos. Para os anos censitários de 1970 a 1996, elaborado pelo IPEA. As atividades deste setor compreendem: indústria de transformação e extrativa mineral, construção civil e serviços industriais de utilidade pública. Para metodologia ver: Metodologia PIB Municipal 1970 a 1996. Para dados anteriores a 1999 as estimativas do PIB das atividades em nível municipal não são consistentes com aquelas em nível estadual e nacional. O problema se deve à utilização de metodologias distintas

Deflator: Deflator Implícito do PIB nacional

Fonte: Instituto de Economia Aplicada (IPEADATA)

Embora havendo durante o período analisado alternância entre recuos e acréscimo quanto à produção industrial, praticamente todas as mesorregiões tiveram crescimento entre 1996 e 2010. Inclusive, principalmente nas mesorregiões menos desenvolvidas industrialmente, o setor industrial foi bem favorável, pois se fortaleceu e consolidou um maior dinamismo, formando assim um desenvolvimento heterogêneo

nas mesorregiões dos estados, crescendo sua produção industrial e especializando uma determinada região ou sub-região.

Já nas mesorregiões mais desenvolvidas industrialmente, esses acréscimos mostraram-se excelentes uma vez que, em primeiro lugar, mostrou que apesar da indústria estar perdendo participação para outros setores seu volume em valor adicionado a preços básicos continua crescendo. Em segundo lugar, essas mesorregiões servem de suporte para as mesorregiões menos industrializadas, formando assim, um meio de impulso para que essas mesorregiões ou regiões diminuam a possibilidade de estagnação e se transformem em referências para atração de novas técnicas e atividades produtivas.

Dessa forma a desconcentração industrial está sendo o grande fator para esse dinamismo entre regiões dentro do estado, o crescimento das cidades de médio porte é um indicativo do surgimento de novos centros econômicos regionais indicando assim o quanto cada município está crescendo, principalmente as cidades que atraem novas indústrias, a tabela acima vem mostrar através do crescimento do valor adicionado a preços correntes o crescimento de cada mesorregião, e ao mesmo tempo a tabela abaixo, vem auxiliar nessa interpretação, pois demonstra o índice de Gini, para a região sul e os três estados dessa região no que se refere ao valor adicionado e assim a tabela traz uma maior significância para esse processo de desconcentração industrial, pois demonstra claramente que o processo ainda está ocorrendo já que o intuito deste índice é mostrar que quanto mais próximo do zero (0) mais desconcentrado está a região ou o estado e quanto mais próximo do um (1) mais concentrado esta essa região ou estado.

Tabela 8 - Índice de Gini da Distribuição do Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes da Indústria da Região Sul do Brasil (2000 - 2012)

Ano	Região Sul	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
2000	0,865	0,889	0,822	0,866
2001	0,868	0,891	0,819	0,872
2002	0,863	0,884	0,816	0,869
2003	0,861	0,882	0,808	0,87
2004	0,863	0,887	0,807	0,871
2005	0,86	0,879	0,809	0,87
2006	0,858	0,881	0,803	0,866
2007	0,858	0,881	0,802	0,866
2008	0,859	0,879	0,797	0,874
2009	0,857	0,878	0,795	0,871
2010	0,854	0,871	0,798	0,868
2011	0,849	0,868	0,797	0,86
2012	0,844	0,855	0,806	0,853

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Em síntese, conforme apresentada na tabela anterior, é possível indicar que entre 2000 e 2012 a região sul do Brasil e os estados que a compõe estão passando, de forma gradativa, pelo processo de desconcentração industrial tanto por parte do valor adicionado na indústria como também por parte da evolução do emprego, este já demonstrado no item anterior.

3.1.3 - Guerra Fiscal

A guerra fiscal é uma nova característica da desconcentração industrial no período em estudo, trata-se de práticas onde os estados realizam concessões fiscais e creditícias, para se beneficiar de investimentos produtivos como máquinas e equipamentos ou desenvolvimento tecnológico ou pesquisa.

O fenômeno da “guerra fiscal” trata-se em termos econômicos, da disputa fiscal no contexto federativo, ou seja, refere-se à intensificação de práticas concorrenciais extremas e não cooperativas entre os entes da Federação, no que diz respeito à gestão de suas políticas industriais. Assim manipular as alíquotas de determinado tributos torna-se o elemento fundamental das políticas relacionadas à atração de empresas.(FERNANDES, WANDERLEI, 2000, p. 02).

No caso do Brasil, a guerra fiscal tem seu início na década de 70, com a instalação da Fiat em Betim, MG, mas se intensificou mesmo em meados da década de 90 devido a fatores sendo os principais a democratização em 1988, do qual os estados

tinham o poder de fixar de forma autônoma as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), imposto esse que é a base da receita de cada estado. A abertura da economia para a globalização, atraindo assim mais capital internacional em busca de investimento no país, acirrando cada vez mais a disputa entre os estados por essas oportunidades, e por fim a consolidação do MERCOSUL, onde as empresas estrangeiras olhavam com grande perspectiva de aumentar seus planos de expansão devido ao grande mercado que estava prestes a se formar.

(DINIZ apud DULCI, 2002, p. 97) “Nessa guerra, ganham os estados mais desenvolvidos, com melhores condições locacionais e maior cacife financeiro e político. Isto seguramente agravará as desigualdades regionais”.

Como pode perceber a guerra fiscal no Brasil, teve suas particularidades, ou seja, foi o capital externo que conduziu o andamento dessa disputa. E para o país como um todo, foi prejudicial, primeiro que os estados concediam crescentes incentivos fiscais em busca desses capitais, aumentando assim as desigualdades regionais, segundo que quando um estado sai vencedor, cria-se a ideia que a curto prazo ele perde receita, devido a abdicação da arrecadação, acreditando que a longo prazo, esse estado será recompensado pela criação de novos empregos, e novas indústrias fornecedoras, que por sua vez irá aumentar a renda da região. Em alguns caso a isso não ocorre, pois na região Sul, especificamente, no Paraná a Chrysler, optou por desativar a fábrica e devolver os incentivos recebidos do governo, impactando assim receitas futuras, projetos sociais entre outros.

Do ponto de vista estadual é compreensível que o governo estadual entre na guerra fiscal para atrair empresas e assim empregos para sua região, como foi mencionado anteriormente na década de 90 houve grande intensidade desse fenômeno, principalmente para o setor automobilístico, já que a partir dessa década, as montadoras aqui estabelecidas saíram de um período de estagnação e as novas montadoras dirigiam sua atenção para um novo mercado.

Com isso a região sul, entrou nessa disputa e saiu-se fortalecida, pois de 1996 a 2001 foram implantadas 5 indústria automobilística, sendo 3 no Paraná, Chrysler, Renault e Audi – Volkswagen e 2 no Rio Grande do Sul, General Motors e Navistar.

Uma segunda fase tomou corpo em 1996 com as ofertas do Paraná, que mudaram a qualidade da competição ao envolverem participação direta do Estado no investimento da montadora. O Paraná passou a abrigar em pouco tempo um expressivo polo automobilístico, com as novas plantas da Volkswagen – Audi, da Renault e da Chrysler.

Como sintoma da intensidade da disputa, ainda em 1996 o Rio Grande do Sul adotou uma terceira modalidade de oferta, cuja principal característica foi o financiamento total do empreendimento. Para a General Motors o governo estadual transferiu cerca de 250 milhões de dólares na assinatura do contrato, além de financiar parcialmente a instalação dos vinte fornecedores da fábrica. (DULCI, 2002 p. 100)

Desse modo, a guerra fiscal é um mecanismo de desconcentração industrial, mas devido o Brasil apresentar desigualdades tanto econômica como social, mostra-se uma proposta não viável, pois como foi mencionado os estados ganhadores acabam por aumentar o fosso dessa desigualdade, e com isso haverá impacto econômico e social no futuro do país como um todo, outro fator a ser mencionado é que a guerra fiscal no Brasil foi mais direcionada para lugares onde já estava ocorrendo um certo desenvolvimento, ou seja, centro-sul do país, criando assim a falta de um vínculo com a localidade, já que aparecendo melhores condições locacionais e lucratividade maior a tendência é de mudança.

E por fim a guerra fiscal ocorrida na região sul consistiu na transferência de recursos públicos para empresas privadas de grande porte, e principalmente de capital internacional, a tal ponto que o governo federal criou mecanismos e lei para barrar esse tipo de disputa, já que a ideia de desenvolvimento regional e a não competição e sim a cooperação para projetos que beneficiem as indústrias nacionais, os estados e a nação como um todo.

3.2 - A transformação da indústria nos três estados da região Sul (1995 – 2012)

Ainda com o processo de desconcentração industrial recente, Saboia, Kubrusly e Barros (2008) confirmam que em meados da década de 2000 os desequilíbrios regionais permaneciam elevados beneficiando as regiões Sul e Sudeste. Já Ardisson *apud* Saboia (2009) considera que durante o período de 1996 a 2005, o processo de desconcentração industrial dependeu do tipo de indústria, visto que neste período tanto houve o surgimento de novas microrregiões industriais, bem como de reconcentração da indústria em outras regiões.

(...). Tais características poderão produzir efeitos espaciais em duas direções: *i*) concentrar indústrias intensivas em conhecimento e mão de obra qualificada nas regiões mais industrializadas – indústrias mais tecnológicas; e *ii*) dispersar nas demais regiões as indústrias intensivas em recursos naturais e mão de obra menos qualificada, ou que exigem operações repetitivas e elementares, com exigência de apenas um reduzido número de trabalhadores muito qualificados. (SILVA; GONÇAVES, 2013 p. 471).

Segundo Soares, Santos e Freitas (2008) a desconcentração industrial recente é a perda de importância relativa da indústria em regiões tradicionais em detrimento do desenvolvimento de outros locais com rápido crescimento econômico. Discutindo acerca disso, Saboia e Kubrusly (2015, p. 09), indicam que:

Ramos e Ferreira (2005) comparam o comportamento diferenciado entre as metrópoles e o restante do país. Segundo os autores estaria havendo um esgotamento das metrópoles enquanto polos industriais, perdendo ainda espaço por conta da “guerra fiscal” entre estados. Com a perda da importância relativa do eixo Rio – São Paulo estaria havendo migração de postos de trabalho industriais para o interior de São Paulo e para os estados vizinhos das regiões Sul e Sudeste.

“Não é mais a mega – São Paulo que puxa a nova dinâmica brasileira. É um conjunto de cidades médias [...] que atrai mais investimentos novos”. (CAMPOLINA, *apud* ARAUJO, 2005, p.228). É nesse contexto que Mauro Borges Lemos, Edson Paulo Domingues, Sueli Moro e Ricardo Machado Ruiz, através de uma seletiva coleta de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (IPEA/FJP), do Sistema de Informações Socioeconômicas dos Municípios Brasileiros – SIMBRASIL 2.0 (IPEA/FADE - UFPE), do IPEADATA e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2000 fizeram um levantamento e desenvolveram um estudo onde é possível analisar a distribuição espacial da indústria nacional, quais efeitos elas causam, onde se localiza as aglomerações industriais e como sendo discutido os resultados de políticas regionais e industriais.

Em linhas gerais, as análises estatísticas fizeram com que as variáveis quantitativas fossem distribuídas proporcionalmente ao Valor de Transformação da Indústria (VTI) e as variáveis qualitativas foram atribuídas às unidades produtivas locais, criando, assim, o que chamaram de Base de Dados Industrial Municipal. Depois de criar essa base de dados entre variáveis quantitativas e qualitativas os autores utilizaram em empresas com mais de 30 funcionários, e somente em empresas que possuíam dados na Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (PINTEC) e na Pesquisa Industrial Anual (PIA).

Através de tal realização, foi possível identificar os centros dinâmicos da indústria brasileira, estes que foram denominados de Aglomerações Industriais Espaciais (AIE). Nesse sentido, conforme indicado na tabela abaixo

Tabela 9 - Distribuição Geográfica da AIEs

Regiões	AIEs	Municípios	Participação do VTI da Indústria (%)
Sul	5	66	13
Centro Oeste	0	0	0
Nordeste	4	25	6
Norte	0	0	0
São Paulo (Capital)	1	120	42
Sudeste (exceto São Paulo)	5	43	15
Total	15	254	75

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pintec 2000. Elaboração: IPEA/DISET a partir da transformação dos dados obtidos na fonte e com a incorporação de dados da PIA/IBGE, Secex/MDIC, CBE e CEB/BACEN, Compras Net/MPOG e Rais/MTE

Fonte: Lemos, Domingues, Moro, Ruiz

As AIEs têm por finalidade apresentar a existência de indústria em certas localidades e também mostrar como elas são favorecidas pela existência de atividades industriais de cidades vizinhas.

Esses favorecimentos são os chamados efeitos de transbordamento e encadeamento, são designados assim porque através deles ocorrem diversos tipos de redução de custo no fornecimento de insumo, formação de mercado de trabalho especializado, e facilidade de acesso a informações, principalmente as tecnológicas, compartilhamento de infraestrutura intensivas em escala, como transporte e comunicações, potencializando os efeitos a partir do fluxo de trocas entre cidades próximas geograficamente.

As cinco AIEs da região sul são Joinville-Blumenau, Curitiba, Londrina-Maringá, Caxias do Sul e Porto Alegre, sendo esta última a terceira maior aglomeração industrial do país e a maior extensão geográfica em número de municípios da região sul do Brasil.

O mais relevante em termo de dinamismo industrial no espaço, é que ambas lideram dois corredores industriais regionais, formados, respectivamente, por Porto Alegre-Caxias do Sul e Blumenau-Joinville-Curitiba-Londrina-Maringá, o que revela vantagens potenciais de atração industrial em função das externalidades de serviços produtivos especializados e complementaridade produtiva decorrentes de vantagens de proximidade geográfica [Rallet e Torre (1995), Henderson (1999), e Fujita e Thisse (2000)] (LEMONS; MORO; DOMINGUES; RUIZ, 2005, p.345 – 346).

As AIEs tem grande poder de influência, essa influência é a quantidade de municípios que engloba a região de transbordamento ou encadeamentos, com foi mencionado a região sul possui 5 AIE e, quanto aos números de municípios vizinhos são os seguintes Caxias do Sul, 9 municípios, Curitiba, com 10, Joinville, 14, Londrina, com 5, e por fim Porto Alegre com 28 municípios encadeados produtivos na região.

Além de identificar as aglomerações no país, Negri *et al* (2005) descobriu que elas são fortemente heterogêneas e polarizadas, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Em certa medida, tais características são fruto do fator inovação que constantemente é aplicada nas indústrias das regiões mencionadas, fazendo, assim, com que a dinâmica da indústria se torne influenciada por indústrias de alta tecnologia.

Para Negri *et al* (2005, p. 689), a classificação das indústrias que inovam ou não possuem os seguintes termos:

Para a indústria brasileira as estratégias de competição das firmas podem ser traduzidas, do ponto de vista empírico, na tipificação das firmas em três categorias:

- a) Firmas que inovam e diferenciam produtos – ou seja, empresas de maior conteúdo tecnológico que competem por diferenciação de produto, que seria a estratégia competitiva mais promissora, que concentra a ponta mais dinâmica da indústria e que tende a capturar parcela maior da renda gerada pela indústria.
- b) Firmas especializadas em produtos padronizados – categoria que reúne empresas razoavelmente atualizadas do ponto de vista de certas característica operacionais (fabricação e logística), mas defasada no que se refere a outras armas da competição [pesquisa e desenvolvimento (P&D), marketing, gerenciamento de marcas, etc.] e que competem basicamente por custo e preço.
- c) Firmas que não diferenciam produtos e tem produtividade menor – categoria que engloba empresas que oferecem produtos de qualidade inferior, porém se mostram capazes de captar espaços nos mercado, através de baixos preços e outras possíveis vantagens.

No Brasil as indústrias que inovam e diferenciam produtos estão localizados nos setores mecânico, químico e eletrônico, estes que, juntos representam 61,6% das indústrias que inovam em produtos ou processo (KUPFER e ROCHA *apud* NEGRI, 2005 p. 26). O que gera certas características bem definidas como indústrias que sempre buscam inovação tendem a pagar em média salários maiores, a escolaridade também é outra característica já que para indústria de conteúdo tecnológico a mão de obra é mais qualificada em comparação com as outras.

Em comparação com as indústrias tradicionais como de alimentos e bebidas, fumo, têxteis, confecções, couro e calçados, esses setores se destacam tanto em produção quanto em número de indústrias. De fato, os setores da agroindústria, madeira

e móveis, química, têxteis e calçados, somados representam 57,4% de participação com mais de 30 empregados (KUPFER e ROCHA *apud* NEGRI, 2005 p. 26). Referente ao âmbito regional, esses dados sobre empresas que inovam ou não podem ser encontrados na tabela abaixo.

Tabela 10 - Evolução dos Setores das Indústrias de Transformação na Região Sul do Brasil (2001 - 2011)

Atividades da Indústria	Implantaram inovações em produtos e/ou processo			Não implantaram inovações em produtos e/ou processo		
	2001 - 2003	2009 - 2011	Var. (%)	2001 - 2003	2009 - 2011	Var. (%)
Fabricação de produtos alimentícios	1177	1511	28%	2347	3362	43%
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	641	1391	117%	2349	5262	124%
Fabricação de papel, artefatos e embalagens de papel.	104	339	226%	389	602	55%
Refino de petróleo	-	4			9	
Fabricação de produtos químicos	233	433	86%	447	694	55%
Fabricação de artigos de borracha e plástico	447	558	25%	1154	1645	43%
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	334	716	114%	1454	2188	50%
Fabricação de produtos de metal	659	1317	100%	1739	2911	67%
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos.	-	300			506	
Fabricação de máquinas e equipamentos	755	1117	48%	1471	1980	35%
Fabricação de automóveis, caminhoneta e utilitários, caminhões e ônibus.	-	7		-	12	
Fabricação de peças e acessórios para veículos	-	148		-	395	
Fabricação de produtos da madeira	790	-		2365	-	
Outras atividades da indústria ^(*)	3250	3775	16%	8529	11903	40%
Total	8390	11616	38%	22244	31469	41%

(*) A linha 'Outras atividades da indústria' se refere a todas as atividades desta Unidade da Federação que são âmbito da PINTEC 2011 e não estão listadas acima.

Fonte: Elaboração própria com dados da PINTEC

A observação que pode ser feita da tabela acima é o quanto cada setor da indústria cresceu para o período de uma década, tanto para os que inovaram, tais como confecção de artigos de vestuário, fabricação de papel, e minerais não metálicos, que chegaram a variação de mais de 100% em relação ao período, como para aqueles que não, inovaram no período, neste caso, os maiores crescimento foram para confecção de vestuário, e fabricação de produtos de metal com 124% e 67% respectivamente.

Além dos setores anteriormente destacados, destacam-se os setores de confecção de artigo de vestuário e acessórios, que entre 2001 e 2003 apresentavam 2.990 firmas e no final do período 2009 e 2011 chegavam a cifra de 6.655 firmas, ou seja, um crescimento de 123% para o período analisado. Outro crescimento também significativo foi a de fabricação de papel, artefatos e embalagens de papel que saiu de mais de 493 firmas para chegar a 941 firmas, ou seja, crescem em 91%.

E mesmo os setores que apresentaram menores crescimentos para o período, não foi de todo ruim, já que foi de 38% para os setores de alimentos e fabricação de artigos de borracha e plásticos, o setor de alimentos, ainda alcançou o segundo maior setor em número de firmas, sendo 4.873 em 2011, perdendo apenas para o setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios.

Referente aos estados constituintes da região Sul do Brasil, o Paraná, para as indústrias que inovaram, apresentou um crescimento de 222% no setor de fabricação de papel, embalagens e artefatos de papel, visto que em 2003 o estado possuía 19 indústrias que implantavam inovações de produtos ou processo, e em 2011 esse número havia crescido para 61 indústrias. Além disso, o setor de fabricação de produtos e alimentos também teve aumento quanto a número de indústrias, pois se em 2003 esse número era de 338 indústrias, em 2011 era de 654.

No que diz respeito às indústrias que implantavam inovações em seus produtos ou processos, o que se viu foi o aumento de 93% e, dentro desse aumento, o setor de alimentos chegou ao final de 2011 com 54 indústrias em biotecnologia e 1 em nanotecnologia. No caso paranaense, o estado do Paraná em 2011 chegava com 129 indústrias que de alguma forma realizam atividades em biotecnologia e 31 que realizam atividades em nanotecnologia (PINTEC, 2011). Ainda para esses setores, mas para indústrias que não implantavam inovações em seus produtos e processos o número de indústrias é bastante significativo pois em 2011 eram de 491 e 153 respectivamente, e em 2003 era de 442 para o setor de alimentos e 125 para o setor de fabricação de papel.

Para o estado de Santa Catarina, das indústrias que inovaram em produtos ou processos, o setor têxtil foi o que se destacou, passando de 97 indústrias em 2003 para 236 em 2011. Já o setor de confecção de artigo de vestuário e acessórios que em 2003 apresentava 574 indústrias, foi para 598 em 2011, isto é, apresentou crescimento de 4%. O setor de alimentos, no que diz respeito as indústrias que implantam inovações, apresentou crescimento significativo, pois aumentou de 318 indústrias em 2003 para 552 em 2011, ou seja, um aumento de 74%.

Vale ressaltar que para o período descrito, Santa Catarina conseguiu implantar 126 indústrias que realizaram atividades em biotecnologia, com destaque aos setores de alimentos, têxtil e vestuário com 14, 11 e 6 indústrias respectivamente, e 248 que realizam atividades industriais em nanotecnologia sendo o setor de borracha e plástico com 82 indústrias, seguido pelo setor de produtos têxtil com 12 (PINTEC, 2011). Já as indústrias que não implantaram inovação, segue o mesmo caminho do Paraná só aumentaram o seu tamanho em números, inclusive, para os setores têxtil, vestuário e alimentos o crescimento foi de 80%, 102% e 58% respectivamente.

O Rio Grande do Sul, como mostrado anteriormente, é o estado que tem a maior AIE da região Sul (Porto Alegre), sendo assim os setores que mais se destacaram para as indústrias que inovaram foi o setor de preparação de couro e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados, com aumento de 84% e o setor de fabricação de máquinas e equipamentos, com aumento de 118%, visto que em 2003 o estado tinha 312 indústrias inovando nesse setor e em 2011 esse número chegava a 681. Além disso, outro dado relevante quanto a questão de empresas que inovam em produtos ou processo, diz respeito ao setor de alimentos, pois esse setor teve decréscimo, visto que em 2003 eram 520 indústrias e em 2011 esse número foi para 305, ou seja redução de 41% (PINTEC, 2011).

Dentro desses setores que apresentaram inovação em produtos ou processo, o Rio Grande do Sul chega em 2011, apresentando os seguintes números em indústrias que de alguma forma realizaram atividades em biotecnologia e nanotecnologia. Para os setores de couro e artefatos de couro, o número foi de 103 indústrias em biotecnologia e 23 em nanotecnologia. Para o setor químico em biotecnologia, o número foi de 12 indústrias e de nanotecnologia foi de 5 indústrias. Já os setores de alimentos e máquinas e equipamentos, foram apresentados apenas inovação em biotecnologia com 22 e 6 indústrias respectivamente. Por fim o setor de fabricação de produtos de metal apresentou para o período 25 indústrias que realizaram atividades em nanotecnologia (PINTEC, 2011).

Para àqueles que não praticaram inovação no período em estudo, destaque para o setor químico com aumento de 51% de indústrias. O alimentício, ao contrário das que inovam, teve aumento bastante significativo, indo de 358 indústrias em 2003 para 620 em 2011, ou seja, apresentou um crescimento de 73%. Além desses, outro acontecimento para o período refere-se ao setor de máquina e equipamentos, que teve decréscimo bem notável, pois em 2003 estava com 295 indústrias que não inovavam, e

em 2011 esse número foi para 135, ou seja, apresentou redução de 54% para o período em questão (PINTEC, 2011).

Dessa forma, é possível observar o quanto a desconcentração industrial transformou a indústria na região sul do Brasil. De fato, a região conseguiu se desenvolver tanto para setores tradicionais da indústria, como para indústrias de ponta, e em ambas são desenvolvidas tecnologias, que permitem aumentar a produtividade e assim a competitividade.

A forma como os novos espaços industriais se formam, ou seja, através das deseconomias de escalas, e assim a formação de novas aglomerações para desenvolver e especializar certos locais ou região é uma clara política industrial que vem trazer benefícios para essas regiões ou locais antes esquecidos.

Criar efeito de transbordamento e encadeamento é uma forma de desenvolver certas regiões, pode ser através do rendimento do trabalho no setor industrial ou aumentar e desenvolver a mão de obra qualificada, criar meios para que as indústrias ali instaladas passem a ter maiores relações em complementaridade, cooperação e troca de informações.

Reflexo disso pode ser encontrado no corredor que segue de Caxias do Sul até Londrina – Maringá, onde se localiza diversos setores industriais, tanto de trabalho intensivo como de capital intensivo e na região oeste de Santa Catarina, região com elevado desempenho no agronegócio.

Desse modo, o governo, seja ele federal, estadual ou municipal deve ser o maior incentivador e coordenador para a formação de novos espaços industriais, e não deve apenas dar subsídios, através de incentivos fiscais, mas sim criar e facilitar um ambiente mais favorável para que indústrias ali se instalem, e não gerar reações negativas como deslocamento populacional e degradação do meio ambiente descontrolado.

3.3 - Distribuições espaciais da indústria na região sul do Brasil

Conforme apresentado nos capítulos anteriores, a reversão da concentração industrial nacional começou na década de 1970 tanto com a necessidade das indústrias se expandirem por novos locais de atração, como também pelos programas do governo de incentivos e desenvolvimento de infraestrutura nesses novos locais através de comunicação e transporte.

Diniz (1999) partiu do mesmo referencial para analisar a reversão da concentração regional da produção industrial no Brasil. O autor verificou que este processo teve início nos anos 1970 e, a partir da década seguinte, todas as regiões, com exceção do Sudeste, apresentaram participação percentual no total da produção industrial no país crescente ao longo dos anos, permitindo um efeito generalizado de desconcentração industrial. As razões básicas para isto foram sintetizadas da seguinte forma: *i)* deseconomias de aglomeração na área metropolitana de São Paulo e criação de economias de aglomeração em vários outros centros urbanos e regiões; *ii)* ação do Estado em termos de investimentos direto, incentivos fiscais e construção de infraestrutura; *iii)* busca de recursos naturais, traduzidas pelo investimento das fronteiras agrícola e mineral, com reflexos na localização industrial e dos serviços; *iv)* unificação do mercado, potenciada pelo desenvolvimento da infraestrutura de transporte e comunicações; e *v)* efeitos locacionais de competição interempresarial, especialmente para o aproveitamento de recursos naturais, criação de barreiras à entrada e ocupação de novos mercados reais ou potenciais. (SILVA, GONZALEZ, 2013, p. 472)

Através dessas características da citação e de novas características surgindo como é o caso de reestruturação produtiva através de revoluções tecnológicas no transporte, informação e comunicação, e assim transformando a produção industrial, ou seja, de uma forma mais racionalizada e enxuta, modificando assim os espaços das regiões através de deslocamentos por parte da indústria, principalmente dos centros urbanos consolidados, capitais e cidades de grande porte, para novos locais, geralmente o interior dessas regiões, onde o custo de produção são menores.

Para Pacheco (1999), essas mudanças mostram sensível alteração na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro, mostrando uma possível continuidade da desconcentração das últimas décadas que foram acompanhadas pelo aumento da heterogeneidade interna das regiões brasileiras, com o surgimento de “ilhas” de produtividade em quase todas as regiões, além do crescimento relativo maior das “antigas periferias” nacionais e importância maior do conjunto das cidades médias perante as áreas metropolitanas (KLEINSCHMITT, DE LIMA, 2011, p. 62)

Nos anos 1990, uma nova tendência de reestruturação espacial da indústria começou a se formar. Para Galvão (1999) três conceitos explicam o processo de reestruturação produtiva, no caso, especialização flexível, novos agentes institucionais, e novos espaços industriais. Segundo o autor, o primeiro conceito faz referência ao sistema fordista, indicando que constantemente este vem sendo substituído por outro de produção flexível. Tal transição é o reflexo de que tanto o capital como a mão de obra devem ser capazes de operar em contextos que exigem mudanças cada vez mais rápidas, para a criação de produtos, processos e novos métodos de organização.

A desterritorialização das atividades econômicas, do qual a grande indústria moderna procura, é um local apropriado para realizar suas operações e melhorar o

comércio com outras indústrias e outros setores da economia para assim aumentar sua competitividade. Produzindo indústrias mais tecnológicas aumenta a concentração das indústrias intensivas em conhecimento e mão de obra qualificada ao mesmo tempo ocorre a dispersão das demais indústrias, as chamadas tradicionais, que exigem mais recursos naturais e mão de obra menos qualificadas, ou pequenos número de mão de obra qualificada.

Já o segundo conceito de Galvão (1999) se refere aos “novos agentes institucionais”. Neste caso, o autor faz referência ao governo seja ele municipal, estadual ou federal, já que este agente é responsável pela formação e concepção de novas políticas de desenvolvimento regional e industrial, para assim determinar padrões de ordenamento territorial. Cabe ao governo nesta nova fase de desconcentração industrial ser o agente qualitativo, buscando criar, fortalecer e organizar novos programas de desenvolvimento regional através de políticas industriais e sociais, tanto na esfera nacional, regional ou local.

Evitar programas de incentivos fiscais, não que não seja necessário, mas ampliar mais as estratégias governamentais com outros tipos de programas e ações, como facilitar, criar ambientes e mecanismos favoráveis ao transbordamento e encadeamentos para as indústrias que procuram novos locais ali se instalarem e assim desenvolver mais a região e o estado como um todo.

Embora às duas características acima sejam importantes, vale ressaltar que esta pesquisa não objetiva analisá-las profundamente, mas sim se restringir a terceira característica, que diz respeito aos novos espaços industriais. Tal importância encontra no fato de que esses novos espaços tem como característica a aglomeração industrial em locais ou regiões que possam desenvolver-se e crescer cada vez mais na produção de bens, além de usar a seu favor as diferenças locais para poder beneficiar –se de estratégias ou políticas de desenvolvimento regional.

(...) a região sul do Brasil passa a vivenciar um rearranjo espacial da industrialização. Os lugares tradicionais, como a microrregião de Porto Alegre inicia um processo de atrofiamento no seu padrão de localização industrial, mas não de retrocesso industrial. Isto demonstra a configuração de novos espaços e novas frentes industriais e ocasionam uma “desconcentração concentrada” nos Estados sulinos evidenciando uma nova fase de configuração do espaço industrial. Ou seja, a desconcentração ocorre dentro do espaço geográfico do Sul do Brasil, pois se espalha ao longo do seu território. De um lado isso fortalece as micro e mesorregiões do Sul, o que demonstra que o processo de desconcentração industrial é diferenciado espacialmente no Brasil. Ele tende em primeiro lugar a beneficiar de forma contígua os espaços localizados próximos das regiões mais ricas, para na

sequencia atingir os espaços mais equidistantes. [...] Se as mesorregiões metropolitanas perdem empregos industriais, as mesorregiões do interior ganham. Para Ferreira de Lima et al. (2007), essa característica é reflexo do fortalecimento das agroindústrias, além das indústrias de alta tecnologia, que se instalaram nas regiões Metropolitana de Curitiba e Porto Alegre, no Nordeste Rio-grandense e Norte Catarinense (KLEINSCHMITT; DE LIMA, 2011 p. 67).

Nesse contexto, os estados do sul do Brasil apresentam suas particularidades, o estado do Paraná tem a mesorregião Metropolitana de Curitiba e a Centro Oriental como destaques, a primeira com uma gama de indústrias de setores diversificados, em especial para o setor metal – mecânico, como a instalação de montadoras no distrito industrial de São Jose dos Pinhais, a segunda com grande peso na indústria diversificada.

Ponta grossa e Carambeí, mesmo não fazendo parte da Mesorregião Metropolitana de Curitiba e sim da Mesorregião Centro Oriental conseguiram – em virtude da proximidade com Curitiba e das condições adequadas para a reprodução ampliada do capital – se apropriar dos excedentes de capital e foram considerados como municípios dinâmicos. [...] Analisando os investimentos no setor industrial publicados pelo IPARDES nos destaques econômicos entre 2011 e 2012, Ponta Grossa vem atraindo importantes investimentos: Cimpor (cimento e clínquer), B.O. Packaging (embalagens), THK (material para indústria de veículos), Paccar (fabricante de caminhões), Ambev (bebidas), Continental (pneus), Winner (produtos químicos), Tetra Park (embalagens). (DA COSTA; ROCHA, 2014, p. 100).

Para a mesorregião Norte Central Paranaense a aglomeração Londrina – Maringá tem seus pontos fortes em agroindústria, alimentos, têxtil, confecção de artigos de vestuário e acessórios. Além disso, destaca-se o setor Moveleiro na microrregião de Arapongas com mais de 576 indústrias, este que é considerado o segundo pólo moveleiro do Brasil. (IPARDES, 2014). Para a mesorregião do Oeste Paranaense o destaque fica por conta das agroindústrias e setor de alimentos nas cidades de Cascavel e Foz do Iguaçu.

Já para o estado de Santa Catarina o que se observa é uma configuração mais homogênea do espaço, pois em todas as suas mesorregiões tem-se mais de um setor em destaque, a mesorregião do Vale do Itajaí, que apresenta o maior número de indústrias de transformação ali instalada sendo de autopeças, produtos de metal, indústria naval e principalmente as indústrias Têxtil e Vestuário, estas que apresentaram em 2011 mais de 9.000 indústrias, e é o segundo maior pólo empregador têxtil e vestuário do Brasil (FIESC, 2013, p.13) sendo as cidades de Blumenau e Brusque as maiores concentrações desse complexo.

A segunda mesorregião em indústrias de transformação é o Nordeste Catarinense onde são encontrados as indústrias de transformação, Vestuário, Produtos de Plásticos, Veículos automotores e Autopeças, com destaque para Máquinas e Equipamentos, Máquinas, Aparelhos, Materiais Elétricos, e, principalmente, a Metalurgia e Produtos de Metal, ambas que somadas, apresentaram em 2011, mais de 5.370 indústrias, e mais de 128.000 trabalhadores com maior concentração nas cidades de Joinville e Jaraguá do Sul (FIESC, 2013 p. 13 – 15). A mesorregião do Norte, do Sul e do Planalto Serrano, apresentam concentração industrial de Madeira e Mobiliário, Minerais não metálicos, Celulose e Papel, sendo o setor de Mobiliário destaque nas cidades de São Bento do Sul e Rio Negrinho, o setor de Celulose e Papel na cidade de Lages, e o setor de Cerâmica com a mesorregião Sul Catarinense.

Finalizando com os extremos das mesorregiões a Oeste Catarinense e a Sudeste, ou Grande Florianópolis, a primeira apresenta destaque no setor de alimentos, sendo o maior produtor de carne suína do Brasil e o segundo em frangos, com mais de 101mil trabalhadores (FIESC, 2013, p. 13). A outra mesorregião tem como grande destaque empresas do setor tecnológico, bem como as empresas de eletrônica, automação e telecomunicações. Vale ressaltar que mesmo o setor tecnológico venha sendo acompanhada de outros polos como Blumenau e Joinville, a grande quantidade de empresas desse setor se encontra na Grande Florianópolis, com mais de 600 empresas e mais de 6.000 empregos direto. (FIESC, 2013, p. 14).

No estado do Rio Grande do Sul acontece uma divisão quanto há localização das indústrias de transformação, uma vez que devido à aglomeração Porto Alegre e Caxias do Sul ser muito forte, acaba por alavancar as regiões mais próximas deixando assim uma separação entre leste e oeste do estado, pois a mesorregião Metropolitana de Porto Alegre constitui a aglomeração mais dinâmica da região sul e contém uma gama de indústrias diversificadas com destaque nacional e internacional para o polo de couro calçadista.

Semelhantemente ao que aconteceu com a região metropolitana de Curitiba, quando as mesorregiões vizinhas conseguiram aproveitar dos benefícios que esta mesorregião estava “deixando” transbordar, na mesorregião metropolitana de Porto Alegre aconteceu algo parecido só que com mais intensidade, pois a mesorregião do Nordeste Riograndense criou outra aglomeração em Caxias do Sul sendo o segundo complexo Metal – Mecânico do Brasil.

Para a mesorregião Noroeste Riograndense, destaque para a microrregião de Passo Fundo e Santa Rosa que tem como setor de destaque a produção de Máquinas e Equipamentos. Para a mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense, o setor de Móveis, com destaque para a microrregião de Santa Maria. E por fim a mesorregião do Sudeste Riograndense, a indústria naval na cidade de Rio Grande fecha as particularidades mais importantes da região Sul do Brasil.

Em síntese, a análise que se tem quanto a dinâmica espacial dos setores industriais na região sul do Brasil é que os três estados estão em uma tendência em aumentar e fortalecer segmentos mais modernos das indústrias como o Metal – Mecânico e Tecnológico, através da inserção de investimentos no chamado corredor industrial, que envolve as aglomerações metropolitana de Curitiba, passando pelo leste catarinense através das aglomerações Joinville – Blumenau, e cidades de Itajaí, Florianópolis e Criciúma até chegar na aglomeração metropolitana de Porto Alegre que se incorpora com a aglomeração de Caxias do Sul. Um corredor que seguramente ira configurar um complexo industrial e social de grande avanço e fortalecimento para a produção industrial nacional.

Esses investimentos, espacialmente, obedecem à hierarquia dos polos econômicos. O maior montante está destinado à aglomeração de Joinville, e volumes de recursos um pouco menores à aglomeração de Blumenau e ao oeste catarinense. A presença de diversas empresas da metal – mecânica e da indústria de plásticos, com expressão nacional e qualificadas empresarial e tecnologicamente, já atuando como fornecedoras de autopeças no mercado nacional, reforçará a integração do conjunto formado pela proximidade entre o polo metal – mecânico da aglomeração de Joinville, o da aglomeração de Porto Alegre, bem como os polos automotivos em implantação na aglomeração de Curitiba. (MOURA; KLEINKE, 1999, p. 5).

Não podemos deixar de mencionar que a agroindústria em suas diversas especialidades ainda continua sendo a sustentação da economia de grande parte do interior do Paraná, de todo oeste catarinense e do planalto gaúcho. No Paraná ao que tudo indica está no seu esgotamento, buscando alternativas para conseguir obter maior produtividade e, conseqüentemente, assegurar maior oferta. Quanto a agroindústria catarinense, é possível encontrar uma diversificação e desenvolvida indústria de alimentos, o problema é que para conseguir alcançar níveis satisfatório no mercado nacional ou internacional depende do aumento de produtividade e de produção na cadeia produtiva. Já a região do planalto gaúcho depende do crescimento e da expansão do setor agropecuário.

Mas dessas transformações o que se pode ter é uma maior abertura comercial tanto no mercado nacional quanto internacional, com a presença de produtos cada vez mais elaborados é a busca do fortalecimento e desenvolvimento das cidades de pequeno porte no interior de cada estado, já que a agroindústria e indústrias mais diversificadas estão sendo pressionadas a configurar novos locais para sua produção devido a reestruturação de indústrias de tecnologia nas aglomerações metropolitanas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho perseguiu o objetivo, através da aceitação das hipóteses, provou-se que a produção em cada estado da região sul não é homogênea, e que a desconcentração industrial nessa região culminou com a transformação e reestruturação da indústria de transformação. Outro aspecto é a confirmação que a dinâmica do emprego e o aumento do valor adicional contribuíram para um maior desenvolvimento da região sul do país.

Com tantas informações relevantes a variável emprego e valor adicionado são de grande importância para o estudo das indústrias da região como do país. O uso delas mostrou-se indispensável para o cumprimento dos objetivos gerais e específicos, pois através dessas variáveis, foi possível analisar e compreender o desenvolvimento da indústria, pois é possível distinguir setores industriais, atuação de estratégias e assim ver como elas agiam perante outros fatores como desenvolvimento social, educação, migração, renda entre outros.

Por meio delas foi possível provar que a desconcentração industrial ainda está em processo, e a região sul foi a maior beneficiada, se tornando assim a segunda região mais rica, perdendo apenas para a região sudeste. O sul do Brasil para o período em estudo foi considerado a região que mais cresceu em termos industriais confirmando assim o aumento em infraestrutura e oportunidades de negócios gerando competitividade e atratividade.

Soma-se aos incentivos praticados pelo governo estadual através de guerras fiscais, onde pode-se dizer que a região sul foi a grande vencedora, pois muitas das indústrias aqui se instalaram principalmente as de veículos automotores, criando e desenvolvendo assim um melhor complexo industrial.

Ou seja, em um pouco mais de 20 anos os estados do sul tiveram um salto quantitativo e qualitativo surpreendente, pois graças a geografia que o beneficiaram, por estar próximo do eixo de desconcentração, São Paulo – Rio, como também as políticas industriais e de desenvolvimento regional, fez com que a região sul tenha um corredor industrial que vai de Porto Alegre a Londrina – Maringá, passando por Florianópolis e Curitiba, e um dos melhores índices de desenvolvimento humano do país. O que era no passado uma região de expulsão de trabalhadores, hoje é de atração, inclusive de mão de obra qualificada.

O processo de desconcentração industrial como foi mencionado ainda está em andamento, resta saber como a região sul se comportará para os próximos anos ou

décadas, e como esse processo irá afetar as indústrias dentro de cada estado, já que está havendo uma tendência de desconcentração interestadual, ou seja, como será a ocupação do território dentro de cada estado, como cada governo atuará neste novo processo, já que a indústria está intimamente ligada a questões de desenvolvimento econômico e social espera-se assim que a região sul siga em frente e encontre um ponto de equilíbrio que possa ser prospero para ambos estados da região.

5 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALBUQUERQUE, Paula P; LAGES; André M. G. Descentralização Industrial Brasileira: a tendência permanece? Análise da Dinâmica Espacial no período 1994-2009. In: Brasília: **IPEA Code 2011**, Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. 2011.

BOUERI, Rogério; COSTA, Marco A (orgs.). **Brasil em Desenvolvimento 2013:** Estado, Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA. Vol., 2, 2013.

BOUERI, Rogério; COSTA, Marco A (orgs.). **Brasil em Desenvolvimento 2013:** Estado, Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA. Vol., 3, 2013.

BRAGUETO, Claudio R. O Aglomerado Urbano – Industrial de Londrina: sua Constituição e Dinâmica Industrial. In **Tese de Pós Graduação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**. São Paulo: 266f. 2007.

CAGED, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Disponível em http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php# Acesso em 2015.

CAIADO, Aurilio S. C. Desconcentração Industrial Regional no Brasil (1985 – 1998): Pausa ou Retrocesso. In **Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas**. Campinas: 290f. 2002.

CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. In: **Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas**. Campinas: 335f. 1975.

CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil. In **Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas**. Campinas: 447f. 1991.

CANO, Wilson. **Desconcentração Produtiva Regional do Brasil 1970 – 2005**. São Paulo: UNESP, 2007.

COSTA, Fábio R; ROCHA, Márcio M. Nova Dinâmica dos Municípios do Paraná. In: **MERCATOR**, Fortaleza: v. 13. Nº 2, P. 91-104, 2014.

CRUZ, Bruno O; SANTOS, Iury R. S. **Dinâmica do Emprego Industrial no Brasil entre 1990 e 2009:** uma visão regional da desindustrialização. Brasília: IPEA. 2011.

DE NEGRI, João A; SALERNO, Mario S (org.). **Inovações, Padrões Tecnológicos e Desempenho das Firms Industriais Brasileiras**. Brasília: IPEA, 2005.

DINIZ, Clelio C. A Nova Geografia Econômica do Brasil. In: **VELLOSO. João Paulo dos Reis (orgs.). Brasil 500 anos: futuro, presente e passado**. Rio de Janeiro. José Olímpio editora, 2000.

DINIZ, Clelio C. **Competitividade Industrial e Desenvolvimento Regional no Brasil**. Campinas: CEDEPLAR/UFMG, 1993.

DINIZ, Clelio C. **Desenvolvimento Poligonal no Brasil: Nem Desconcentração Nem Contínua Polarização**. Belo Horizonte. Nova Economia, v1, n1, p 35-64, 1993.

DULCI, Otavio S. Guerra Fiscal, Desenvolvimento Desigual e Relações Federativas no Brasil. In **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba: v.18, p. 95-107, 2002.

FERNANDES, André E. S.; WANDERLEI, Nélcio L. A Questão da Guerra Fiscal: Uma Breve Resenha. In **Revista de Informação Legislativa**. Brasília: v.37, p. 5-20, 2000.

FIESC, **Santa Catarina em Dados – 2012**. Florianópolis: FIESC, 2012.

FIESC, **Santa Catarina em Dados – 2013**. Florianópolis: FIESC, 2013.

GIL, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; DE CASTRO Lavínia B.; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KLEINSCHMITT, Sandra C; LIMA, Jandir F. Polarização e Dispersão Industrial nas Microrregiões do Sul do Brasil. In: **Revista Geografar**. Curitiba: V.6, Nº 1, p. 55-75, 2011

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Anuário estatístico do Paraná. base de dados. Disponível em:
http://www.ipardes.pr.gov.br/anuario_2014/index.htm. Acesso em 2016.

IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Dados macroeconômicos e regionais. Disponível em:
<http://www.ipeadata.gov.br> . Acesso em 2015

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. base de dados. Disponível em:
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=p&o=31&i=P&c=21> Acesso em 2016.

LEMO, Mauro B; MORO, Sueli; DOMINGUES, Edson P.; RUIZ, Ricardo M. (*et al*). **Inovação, Padrões Tecnológicos e Desempenho das firmas industriais brasileiras: A organização Territorial da Indústria no Brasil**. Brasília: IPEA/Cedeplar, 2005.

MELLO, João M. C. **O Capitalismo Tardio Contribuição a Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira**. 8 ed. São Paulo. Brasiliense. 1992.

MOURA, Rosa; KLEINKE, Maria de L. U. Espacialidades de Concentração na Rede Urbana da Região Sul. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: n. 95, p. 3-25, 1999.

NEGRI, Barjas. Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990). In: **Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas**. Campinas: 280f. 1994.

NETO, Leonardo G. Dinâmica Recente das Economias Regionais Brasileiras In **Ver Paraná Desenvolvimento**. Paraná, n 86, 1995

NETO, Leonardo G. Desigualdades Regionais e Federalismo. In **Afonso RBA; silva PLB (orgs.) Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: Fundap, 1995.

PACHECO, Carlos A. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. In: **Economia e Sociedade**, Campinas: nº 6, 113-140, 1996.

PIRES, Marina P (org.) (et al.). **Rede de pesquisa, formação e mercado de trabalho**: coletânea de artigos – volume 1, tendências e aspectos demográficos do mercado de trabalho. Brasília: IPEA/ABDI, 2014.

RAIS. Relação Anual de Informações Sociais. Base de dados. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/o-pdet/portifolio-de-produtos/bases-de-dados.htm#rais> Acesso em 2016

RESENDE, Guilherme M (*et al*). **Fatos Recentes do Desenvolvimento Regional no Brasil**. Brasília: IPEA. 2015.

SABOIA, João; KUBRUSLY, Lucia. Diferenciais Regionais e Setoriais na Indústria Brasileira. In: **Economia Aplicada**. São Paulo, V. 12, Nº 1, p. 125-149, 2008.

SABOIA, João; KUBRUSLY, Lucia. **Pobreza e Desconcentração Regional da Indústria Brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, texto para Discussão 003/2015.

SABOIA, João. Desconcentração Industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional. In: **Pesquisa Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro: V. 30, p. 69-116. 2000.

SOBRINHO, Ednaldo M. G; AZZONI, Carlos R. **Aglomerções Industriais Relevantes do Brasil**. São Paulo: Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo, 2014.

SOUSA, Edicleia L.; LIMA, Jandir F. A Desconcentração Industrial na Região Sul do Brasil. In **Revista de Economia Mackenzie**. São Paulo: v. 8 n. 1 p.5 – 25.

SQUEFF, Gabriel C. **Desindustrialização: Luzes e Sombras no Debate Brasileiro**. In Brasília: IPEA, Série de textos para discussão número 1747, 2012.

VERSIANI, Flavio; SUZIGAN, Wilson. **O Processo Brasileiro de Industrialização: Uma Visão Geral**. In Brasília: Universidade de Brasília; Departamento de Economia Série textos didático número 10, 1990.

6 ANEXOS

Tabela A1 Classificação Nacional de Atividades Econômicas.	
CNAE 2.0	
Código	Denominação
Seção C	Indústria de Transformação
Alimentos e Bebidas	
10	Fabricação de Produtos Alimentícios
11	Fabricação de Bebidas
Borracha, Fumo e Couro.	
12	Fabricação de Produtos do Fumo
15	Preparação de Couros e Artefatos de Couro
22	Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico
Têxtil	
13	Fabricação de Produtos de Têxteis
14	Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios
Madeira e Mobiliário	
16	Fabricação de Produtos de Madeira
31	Fabricação de Móveis
Papel e Gráfica	
17	Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel.
18	Impressão e Reprodução de Gravações
Química	
19	Fabricação de Coque, de Produtos Derivados do Petróleo e Biocombustíveis.
20	Fabricação de Produtos Químicos
21	Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos
Mineral não Metálico	
23	Fabricação de Produtos de Minerais não Metálicos
Metalúrgica	
24	Metalurgia
25	Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos.
Elétrico e Comunicações	
26	Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos.
27	Fabricação de Máquinas, Aparelho e Materiais Elétricos.
28	Fabricação de Máquinas e Equipamentos
Transporte	
29	Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias.
30	Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte, Exceto Veículos Automotores.

Fonte: Elaboração própria com Dados do IBGE